

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2008

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

| | |
|---|----|
| A escolha de Lula e a de Chávez – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2008..... | 4 |
| Vira-lata? Nem tanto – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 09/11/2008 | 4 |
| Amorim exhibe "otimismo vigilante" – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008..... | 5 |
| "Cúpula de Washington testará multilateralismo" – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008..... | 7 |
| "Cúpula do G20 para discutir crise vai dar em nada", afirma professor – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/11/2008..... | 9 |
| 'Estamos assistindo ao começo do fim do G-7' – Danielle Nogueira entrevista David Rothkopf – O Globo – Economia – 09/11/2008..... | 11 |
| Comunicado final não aponta o G20 como um substituto do G7/G8 – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/11/2008..... | 13 |
| Contra crise, G20 prioriza ação a reforma do sistema – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/11/2008..... | 15 |
| Nações do G-20 querem profunda reforma no FMI e no Banco Mundial - Ronaldo D'Ercole, Patrícia Duarte e Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 10/11/2008..... | 16 |
| A chocha reunião do G-20 – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 11/11/2008 . | 17 |
| Hora de consenso – O Globo – Opinião – Editorial – 11/11/2008..... | 18 |
| Consenso a construir – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 13/11/2008..... | 19 |
| Ministro Patrus Ananias conduzirá reunião de autoridades do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDS – 14/11/2008..... | 20 |

Segunda Quinzena

| | |
|--|----|
| OMC aproveita apoio do G-20 para tentar concluir Doha ainda em 2008 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/11/2008..... | 21 |
| Novo capítulo – Celso Amorim e Luiz Dulci – O Globo – Opinião – 17/11/2008..... | 23 |
| REAF abre debates sobre os desafios da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 17/11/2008..... | 24 |
| Autoridades do Mercosul discutem criação de Instituto Social para o bloco – Sítio Eletrônico do MDS – 17/11/2008..... | 25 |
| Conclusão de Doha tem novo desafio – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 18/11/2008..... | 26 |
| De volta a Doha – Folha de São Paulo – Opinião – 18/11/2008..... | 28 |
| Brasil quer reunião de Doha o quanto antes – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/11/2008..... | 29 |
| Um passo – O Globo – Opinião - - 18/11/2008..... | 30 |
| O Brasil e o G-20 - ILAN GOLDFAJN – O Globo – Opinião – 18/11/2008..... | 30 |
| Meirelles: G-20 deve substituir G-7 - Ronaldo D' Ercole e Bruno Rosa – O Globo – Economia – 18/11/2008..... | 32 |
| Mercosul protecionista – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 20/11/2008..... | 33 |
| O Mercosul de hoje não serve – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/11/2008..... | 34 |

| | |
|--|----|
| Europa reforma política agrícola e corta subsídios – Mauricio Moraes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/11/2008..... | 36 |
| “Queremos uma política comum para todo o Mercosul” - Maurício Thuswohl – Agencia Carta Maior – 24/11/2008..... | 36 |
| OMC prepara nova reunião em dezembro – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/11/2008..... | 40 |
| Governo discute acordo de Doha com empresários – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/11/2008..... | 40 |
| Até quando, Brasília? – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 25/11/2008..... | 41 |
| Ministro Guilherme Cassel atribui conquistas à REAF – Sítio Eletrônico da Contag - 26/11/2008..... | 42 |
| Os EUA de Obama e a agenda agrícola – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/11/2008..... | 43 |
| REAF: MDA e Incra firmam acordo de cooperação com o Paraguai – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2008..... | 45 |
| Ministro Guilherme Cassel atribui conquistas à REAF – Sítio Eletrônico da Contag - 26/11/2008..... | 46 |
| Os EUA de Obama e a agenda agrícola – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/11/2008..... | 46 |
| REAF: MDA e Incra firmam acordo de cooperação com o Paraguai – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2008..... | 48 |
| Ata final da X REAF apresentará propostas para melhorar a agricultura familiar no Mercosul – Sítio Eletrônico da Contag - 27/11/2008..... | 49 |
| Na Alba, Chávez sugere 'zona monetária comum' – Estado de São Paulo – Internacional - 27/11/2008..... | 49 |
| REAF aprova Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDA - 27/11/2008..... | 50 |
| Argentina expõe divisão no Mercosul – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/11/2008..... | 51 |
| Equador expõe divisão sul-americana – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 29/11/2008..... | 52 |

A escolha de Lula e a de Chávez – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2008

SÃO PAULO - A Cúpula Ibero-americana, encerrada ontem em El Salvador, acabou servindo para criar uma brecha profunda entre, de um lado, o Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado pela imensa maioria dos participantes, e o duo Venezuela-Bolívia.

Não que já não houvesse divergências grandes de modelo, mas a crise internacional tornou necessário olhar para a frente e decidir se é preciso reformar o capitalismo ou dá-lo como morto.

Chávez, mesmo não tendo comparecido à cúpula, pronunciou-se, a propósito dela, no segundo sentido. "O sistema capitalista sob o impulso do império norte-americano se acabou, entrou em colapso, é preciso criar um novo", disparou. Evo Morales, da mesma forma, deixou claro que não está de acordo em ajudar a salvar o capitalismo. Lula, bem ao contrário, está até ansioso para participar de todos os esforços para reformar e, portanto, preservar o capitalismo.

Os líderes presentes à Cúpula assinaram, aliás, documento em que manifestam o desejo de "participar e contribuir ativamente para um processo de transformação profundo e amplo da arquitetura financeira internacional, que estabeleça instrumentos de prevenção e resposta imediata ante futuras crises e garanta uma regulação eficaz dos mercados de capitais". Posto de outra forma, querem melhorar o sistema que existe, mas não "criar um novo", ao contrário do que pede Chávez.

Nada impede -e é até saudável- que haja enfoques diferentes sobre a maneira de organizar o mundo, em especial depois de uma crise grave. O problema começa quando se pensa em mais integração regional como uma das respostas à crise, como pretende Lula. Integrar-se pressupõe remar numa mesma direção. Cada um correndo para um lado torna ainda mais difícil sair da crise com o menor número possível de feridas. crossi@uol.com.br

Vira-lata? Nem tanto – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 09/11/2008

BRASÍLIA - Barack Obama recebeu cumprimentos de todo o mundo, até do controvertido Irã, mas só deu nove telefonemas no primeiro lote de agradecimentos: para França, Reino Unido, Alemanha, Coreia do Sul, Israel, Japão, Austrália e os vizinhos Canadá e México -único agraciado da América Latina.

Isso diz muito do que tende a ser a política externa de Obama: não se esperem dele invasões de países alheios nem que dê de ombros para protocolos climáticos, mas talvez tenha sido excessiva a expectativa de mais abertura para emergentes. Sai Bush, entra Obama, mas a crise migra de um para o outro e os EUA continuam sendo os EUA.

Como diz Celso Amorim, os EUA podem até ficar mais humildes com a crise, mas nunca serão franciscanos. Têm tanto poder que a tentação do unilateralismo está na alma, seja republicana, seja democrata.

Na primeira entrevista depois de eleito, Obama falou com simpatia dos "vira-latas, como eu", mas escolheu telefonar para os Bulldogs, Hottweilers, Labradores e, claro, fez política de boa-vizinhança. Onde ficam os orgulhosos emergentes? E o Brasil, líder da América do Sul? A região está e vai continuar fora do foco de Washington, até porque Obama tem prioridades na fila, desde costurar a classe média, esgarçada com menos 240 mil empregos num mês, até se mostrar para os parceiros que importam.

Para Amorim, a reunião do G-20 no próximo sábado será o "grande teste" do multilateralista Obama, cuja liderança será decisiva para mudar o funcionamento e a própria essência de organismos como o FMI. Eles sempre fiscalizaram os pobres, mas quem tem o poder sobre a vida de milhões são os ricos.

Amorim avisa que a reunião não pode ser só "para tirar foto", e Guido Mantega dispensa idas ao G-8 "só para o cafezinho". Mas, mesmo que consiga uns minutinhos com Obama, Lula vai a Washington justamente para isso: tirar foto e tomar cafezinho. Colombiano, claro. elianec@uol.com.br

Amorim exhibe "otimismo vigilante" – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008

Apesar de manter o tom geral de comemoração pela eleição do democrata Barack Obama para a Presidência dos EUA, o chanceler Celso Amorim defende um "otimismo vigilante" contra o risco de protecionismo comercial e avisa que uma maior presença do país na América Latina não pode servir para novos intervencionismos. "Vem com amor, mas vem com respeito também", disse ele em entrevista à **Folha** na última sexta-feira, depois de uma viagem a um dos integrantes do "eixo do mal" do governo republicano de George W. Bush: o Irã, agora aparentemente disposto a um novo tipo de relação com a maior potência mundial.

FOLHA - Qual a expectativa do Brasil para a era Barack Obama?
CELSO AMORIM - Muito positiva, porque ele representa uma mudança importante, o final de um grande ciclo que tinha ficado inacabado desde a guerra civil, desde a independência. Pela primeira vez, alguém que constrói plenamente a nação americana. Obama traz uma visão humanista, multilateralista.

FOLHA - O oposto de Bush?
AMORIM - Isso deixo para os eleitores americanos avaliarem. Tivemos uma relação pragmática e de respeito mútuo e, creio, com amizade até entre os dois presidentes. As visões de mundo eram diferentes, o que não impedia contatos sobre tópicos importantes: na

Rodada Doha, no Haiti, no Grupo de Amigos da Venezuela, no etanol e em ações para a África.

FOLHA - *A visão de mundo é bem mais próxima à de Obama?*
AMORIM - Muito mais. Exemplo: o programa que o presidente Lula lançou com o [ex-]presidente [francês Jacques] Chirac de combate à fome e à miséria, em 2004, não teve o menor entusiasmo norte-americano, e é o tipo de programa que teria receptividade agora.

FOLHA - *O que há de comum?*
AMORIM - Primeiro, a visão de mudança. Lula teve a firmeza de lutar pelos pobres, mas numa perspectiva inclusiva, e Obama não nega suas raízes, mas sob uma perspectiva inclusiva. Não se trata de jogar negros contra brancos, como aqui não há pobres contra ricos.

FOLHA - *E sobre a polêmica quanto à comparação entre Lula e Obama, o migrante metalúrgico sem diploma e o negro com sofisticada formação intelectual? Existe um paralelo?*
AMORIM - Não vejo por que polêmica. Há um paralelo claro. Aqui, a "esperança venceu o medo", e lá a esperança venceu o medo gerado pelo preconceito. E Lula, como o Obama, era um político experiente, mas não tinha governado um Estado. Então, o Lula tinha essa necessidade de ter de acertar, como o Obama agora tem.

FOLHA - *Ele não tem experiência administrativa. Como enfrentar a crise?*
AMORIM - Ele tem muita liderança, capacidade de decisão, e terá um Congresso majoritariamente democrata. A crise é de tal ordem que não dá para ficar fazendo brincadeirinha de política partidária. Ele vai ter uma base muito forte.

FOLHA - *E os riscos?*
AMORIM - É mais um paralelo com o Lula. Todo mundo e o próprio Lula não diziam que ele não podia errar. E ele acertou. Com uma diferença: a crise aqui exigia medidas duras. Lá é o oposto: precisa é quebrar barreiras ideológicas e entrar numa linha mais keynesiana.

FOLHA - *E o problema fiscal?*
AMORIM - Existe, mas o principal é botar a economia para funcionar. A receita é voltar a gastar, racionalmente. É melhor gastar em escola do que em foguete balístico. Aliás, a mais potente política anticíclica global que se pode tomar agora é a conclusão da Rodada Doha [negociações para liberalizar o comércio mundial, congeladas].

FOLHA - *Como o sr. vê Obama ter ignorado a América do Sul nos primeiros telefonemas? Da América Latina, só ligou para o México.*
AMORIM - Não sei que critério ele seguiu.

FOLHA - *O sr. ficou frustrado?*
AMORIM - Não. O presidente mandou mensagem a ele e manifestou interesse no contato. Seria bom um contato o quanto antes, sem dúvida, mas...

FOLHA - Isso não demonstra a desimportância da região para os EUA e que isso não muda com Obama?

AMORIM - A América do Sul não é um tema de política interna nos EUA, como o México, o Nafta, a Otan. Mas isso não quer dizer que seja desimportante quando ele tratar da arquitetura do mundo. Ele ainda não está tratando disso.

FOLHA - Bush não deu a mínima para a América do Sul e, de certa forma, jogou o abacaxi ao Brasil, que o aceitou de bom grado. Obama tende a repetir?

AMORIM - Acho que não. No governo Bush, eles estavam chafurdados no problema do Iraque e se distanciaram da América Latina em geral. Agora, se há um potencial de afinidades, há também de parcerias.

FOLHA - O risco de os EUA voltarem à região não é os democratas trazerem de volta a tradição de ingerência em áreas como a de direitos humanos?

AMORIM - Há democratas e democratas, e houve um amadurecimento. Eles sabem que não podem mais impor suas idéias na América Latina e no Caribe. Mesmo na generosidade, trazendo idéias e recursos, você não pode vir com intervencionismo. A Unasul é irreversível. É preciso respeitar a região. Vem com amor, mas vem com respeito também.

"Cúpula de Washington testará multilateralismo" – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008

Para o chanceler Celso Amorim, Obama terá papel fundamental contra o unilateralismo e, por isso, a reunião do G20 (países mais ricos mais os emergentes) em Washington, no próximo sábado, "não pode ser só para tirar foto". Na sua opinião, o encontro "vai ser o primeiro grande teste para saber se a defesa do multilateralismo é para valer". Leia a continuação da entrevista. (ELIANE CANTANHÊDE)

FOLHA - O que se pode esperar da reunião do G20 em Washington?

AMORIM - Não pode ser só para tirar foto, porque vai ser o primeiro grande teste para saber se a defesa do multilateralismo é para valer. Só o fato de se realizar já é importante, porque é o reconhecimento de que você não pode mais resolver o mundo unilateralmente nem em reuniões do G7.

FOLHA - De prático?

AMORIM - Deve sair uma medida de facilitação do crédito para aumentar a liquidez do comércio e chamamentos para concluir [a Rodada] Doha [da Organização Mundial do Comércio] e para a necessidade de mudança nas instituições financeiras, com maior participação dos países em desenvolvimento e na própria missão delas. Tem gente que fala em substituir o FMI. Não sei se é necessário. O que pode ser necessário é dar ao FMI capacidade de supervisão sobre os ricos. Sobre os pobres, sempre tiveram.

FOLHA - Que guinada Obama deverá dar na política externa?

AMORIM - Mais multilateralismo, mais diálogo, mais busca por soluções pacíficas. Isso é

uma grande mudança, que pode resultar no fim do bloqueio a Cuba, que o mundo inteiro pede, e num melhor diálogo com Venezuela e Bolívia.

FOLHA - *É hora de Chávez amenizar a retórica anti-EUA e de Evo Morales chamar o embaixador americano de volta?*

AMORIM - Tem de haver abertura de todos os lados, mas as iniciativas devem partir sempre dos mais fortes. São os que têm de demonstrar grandeza, para que os outros demonstrem reciprocidade. O Brasil pode ajudar nisso.

FOLHA - *A tentação do unilateralismo não tem de mudar, depois que os EUA contaminaram o mundo com sua crise financeira?*

AMORIM - Essa crise vai introduzir uma certa dose até de humildade, eu diria, na política americana. Comparando com o passado, claro. Não chega a uma humildade franciscana...

FOLHA - *A quantas anda a percepção de que democratas são mais protecionistas?*

AMORIM - Isso mudou muito, mas precisamos estar vigilantes, porque a crise sempre pode aumentar a tentação protecionista. Então, vamos falar num otimismo vigilante.

FOLHA - *Vale para Obama?*

AMORIM - Vale para tudo, mas, com relação ao governo Obama, eu poria mais ênfase no otimismo e menos na vigilância.

FOLHA - *O sr. acaba de voltar do Irã, que mandou mensagem pela eleição de Obama. O "eixo do mal" é coisa do passado?*

AMORIM - Senti nitidamente lá um desejo de diálogo, de falar e também de ouvir. O ministro do Exterior deve vir ao Brasil, para prepararmos a troca de visita dos presidentes. Podem gostar ou não, mas o Irã tem uma influência muito grande na região dele e tem de ser ouvido. Os EUA já perceberam isso, já estão dialogando com eles sobre Iraque e Afeganistão.

FOLHA - *E a reação de Israel contra sua ida ao Irã?*

AMORIM - Chamamos o encarregado de negócios aqui, porque isso não tem cabimento. Se ele tem uma reclamação, que venha fazer privadamente. Aliás, como os diplomatas devem fazer.

"Cúpula do G20 para discutir crise vai dar em nada", afirma professor – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/11/2008

A cúpula do próximo dia 15 para discutir a crise financeira global será apenas uma chance de líderes de vários países posarem para fotografia. "Falar sobre a necessidade de mais coordenação e regulação é uma coisa. Concordar sobre o que deve ser feito é algo muito diferente", diz Benjamin Friedman, professor de economia política de Harvard, a mais antiga universidade dos EUA -a mesma na qual se formou Barack Obama, em 1991, em direito.

Friedman vocaliza o que muitos na universidade têm dito sobre a última iniciativa de George W. Bush para consertar o sistema financeiro global. A realização do encontro de cúpula sem a devida preparação está sendo considerada como algo quase inútil. Pela proximidade de Obama com vários de seus professores, Harvard tem se tornado um pólo de influência para a equipe de transição do democrata. Assim como os acadêmicos torcem o nariz para a cúpula de Bush, até agora não há sinais claros de como o futuro ocupante da Casa Branca tratará o encontro do próximo sábado. "Não creio que você possa esperar nada desse encontro (...). Em Bretton Woods, em 1944, o encontro foi precedido por quase dois anos de trabalho.

Agora, nada quase foi feito. É uma piada", diz Friedman. Ex-diretor do departamento de economia de Harvard e colaborador da prestigiada publicação "The New York Review of Books", Friedman é um defensor do crescimento continuado dos países, desde que seja possível haver distribuição da riqueza criada -mais ou menos o que propôs Obama durante sua campanha. Para entender um pouco o que pensa o democrata, uma leitura possível é o livro escrito por Friedman em 2005 "As Conseqüências Morais do Crescimento Econômico".

Nessa obra, ele sustenta que a estagnação econômica faz mal para a "saúde moral" dos países. Os EUA estariam a ponto de entrar nesse tipo de cenário? Ele acha que sim, pois o crescimento dos anos recentes foi muito concentrado. "A maioria das famílias hoje tem renda menor que há dez anos. E agora ainda teremos uma recessão que deve durar um ano." Apesar de estar no berço do pensamento politicamente correto dos EUA (a região nordeste do país, onde fica Harvard), Friedman tem uma abordagem bem liberal quando se trata de resolver o atual congelamento de crédito. Acha que os bancos podem receber ainda mais injeção de recursos estatais. "O crédito voltará com o tempo. E, talvez, os governos devam apenas por enquanto comprar mais ações dos bancos", diz ele. A seguir, trechos da entrevista à **Folha**.

FOLHA - As medidas já adotadas pelos governos dos EUA e de outros países são suficientes ou ainda é necessário fazer mais?
BENJAMIN FRIEDMAN - A resposta é sim, agora. Antes, o programa do Tesouro estava indo na direção errada. A idéia inicial era usar os US\$ 700 bilhões aprovados pelo Congresso para comprar os títulos podres nas carteiras de crédito das instituições bancárias. Depois, houve uma correção de rumo. Os primeiros US\$ 250 bilhões foram usados para

comprar ações dos bancos, como forma de aumentar a liquidez dessas instituições. Essa foi uma decisão correta. Há uma lição que aprendemos com a crise bancária do Japão nos anos 90. É mais eficaz atuar comprando participação acionária dos bancos que ajudar uma instituição diretamente resgatando seus títulos podres. Ou seja, no início estava muito cético. Agora, acho que estão na direção correta. Só espero que usem mais dos US\$ 700 bilhões para comprar ações dos bancos.

FOLHA - Os bancos que receberam dinheiro não estão descongelando o crédito. O que pode ser feito?
FRIEDMAN - É difícil resolver. Acho que seria um erro o governo tentar começar a garantir os empréstimos apenas para que os bancos comecem a descongelar o crédito. Acredito que o crédito voltará com o tempo. E, talvez, os governos devam apenas por enquanto comprar mais ações dos bancos.

FOLHA - Tem sido lugar-comum dizer ser necessário impor mais regras ao mercado. O sr. é a favor de uma regulamentação mais extensiva?
FRIEDMAN - O ponto mais importante é a transparência na divulgação dos dados. É algo óbvio para qualquer economista. Nós somos todos treinados para acreditar que mais informação promove a eficiência do mercado. No caso das carteiras de empréstimos imobiliários podres, foi assustador o grau de pouca informação sobre as formas como os títulos foram vendidos e securitizados. Como se não bastasse, as agências de classificação de risco são pagas pelas mesmas empresas que estavam sendo analisadas. Quer dizer, era uma piada. Ninguém, por mais interesse que tivesse, por mais independente que fosse, teria sido capaz de identificar com precisão o que se passava, se considerasse apenas as classificações de risco colocadas à disposição do público. Foi um serviço relapso. É claro que só mais transparência não resolverá os problemas. Será necessário decidir sobre restrições para certos tipos de operação. Mas, a cada restrição adotada, também se reduz a eficiência do mercado.

FOLHA - Até que ponto a intervenção do governo nos mercados será temporária nos EUA?
FRIEDMAN - Eu espero que seja temporária e acho que em algum tempo as ações vão se valorizar e poderão ser vendidas de volta para a iniciativa privada. Mas acho que não será como no passado, com a lógica de o mercado sempre prevalecer sobre o restante da sociedade. A velha máxima de que "o governo sempre está errado e o setor privado sempre faz tudo certo" será suplantada, pois é um raciocínio totalmente fracassado. Essa intervenção feita nos bancos, por meio de compra de ações, será temporária, mas os efeitos da operação serão sentidos por muito tempo como um reforço do papel do Estado como agente regulador.

FOLHA - Que tipo de capitalismo emergirá da crise?
FRIEDMAN - Nós não teremos de recriar a roda. Se voltarmos a um quarto de século aqui nos EUA, os bancos funcionavam sob um sistema regulatório com mais supervisão do que temos hoje. Voltarmos a um sistema como aquele, que já tivemos, será muito útil.

FOLHA - Qual a sua expectativa para o encontro do G20, em Washington, no dia 15?

FRIEDMAN - Não creio que você possa esperar algo. Essas cúpulas são apenas para os líderes posarem para fotografia. Não terá nada de substantivo para alterar políticas.

FOLHA - *O sr. considera então o encontro inútil?*

FRIEDMAN - Acho necessária coordenação internacional. Até porque de nada adiantaria os EUA imporem restrições aos bancos. Eles simplesmente diriam: "O.k., agora vamos operar todos a partir de Londres". Ou os EUA e o Reino Unido então se acertarem e os bancos migrarem para as ilhas Cayman. Creio que, quando alguns falam que será um "Bretton Woods 2", imagino que ninguém esteja se referindo a fixar taxas de câmbio. O que será necessário é coordenação e cooperação internacional.

FOLHA - *Mas há clima para esse tipo de acordo geral?*

FRIEDMAN - Falar sobre a necessidade de mais coordenação e regulação é uma coisa. Concordar sobre o que deve ser feito é algo muito diferente. Não creio na possibilidade de haver consenso na cúpula do dia 15. Alguns têm falado em "Bretton Woods 2", mas acredito ser apenas uma metáfora solta a respeito de vários países se reunirem para discutir economia. Em Bretton Woods, em 1944, o encontro foi precedido por quase dois anos de trabalho. Agora, nada quase foi feito.

FOLHA - *Em seu livro "As Conseqüências Morais do Crescimento Econômico", o sr. fala sobre o perigo de um país ficar sem crescer muito tempo, pois a "saúde moral" se deteriora. Em que medida os EUA estão entrando numa fase dessas?*

FRIEDMAN - Em certa medida sim, pois o crescimento econômico na última década aqui foi muito concentrado. Apesar de a economia em geral ter crescido até de maneira decente, os frutos disso foram para uma parcela pequena da população. A maioria das famílias hoje tem renda menor que há dez anos. E agora ainda teremos uma recessão que deve durar um ano.

'Estamos assistindo ao começo do fim do G-7' – Danielle Nogueira entrevista David Rothkopf – O Globo – Economia – 09/11/2008

A vitória do democrata Barack Obama inaugura uma nova fase na relação dos EUA com o mundo, para o americano David Rothkopf.

Ex-subsecretário adjunto do Departamento de Comércio para questões internacionais na gestão de Bill Clinton e atual pesquisador da Carnegie Endowment for International Peace, ele avalia que Obama colocará o país no caminho do multilateralismo.

Neste contexto, a cúpula do G-20 em Washington, na próxima semana, representa "o começo do fim do G-7", diz. É o reconhecimento por EUA e Europa de que a única forma de lidar com a crise global é o fortalecimento de um grupo mais inclusivo que aquele limitado aos sete mais ricos do mundo.

Danielle Nogueira

O GLOBO: Barack Obama vai assumir a Casa Branca em um momento de forte pressão para revisão do sistema financeiro internacional.

O senhor acredita que ele apoiará a criação de um novo Bretton Woods, como sugerem o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, e o presidente francês,

Nicolas Sarkozy? DAVID ROTHKOPF: É prematuro dizer. No entanto, acredito que a provável equipe de Obama terá percebido que o atual sistema era e é inadequado para os desafios desta crise. Logo, não ficarei surpreso se os EUA tiverem um papel de liderança no processo de remodelagem do sistema econômico internacional, que terá início em 15 de novembro (quando líderes do G-20 vão se reunir em Washington).

O que podemos esperar da cúpula do G-20? ROTHKOPF: O mais importante sobre o G-20 já está acontecendo... e é muito significativo para o Brasil. É o reconhecimento pelos EUA e pelos europeus de que a única forma de lidar com a crise é por meio de um grupo maior e mais inclusivo que o G-7. Para mim, estamos assistindo ao começo do fim do G-7. Devemos esperar que o G-7 se reúna com menos frequência e, então, seja substituído na sua função de “chefe” do sistema econômico internacional por um grupo que incluirá de forma permanente Brasil, Índia, China, Rússia e, talvez, outros dois países. Esse divisor de águas tem implicações políticas significativas. É um reconhecimento de mudanças no poder global na nossa era, e, para o Brasil, vai significar um papel maior do que apenas a mais importante potência da América Latina. Resultado do trabalho do presidente Lula e do ministro (Celso) Amorim (Relações Exteriores).

Obama foi apontado como a nova cara dos EUA. Mas o que isso significa para o mundo? Podemos esperar uma maior colaboração com parceiros políticos e econômicos? ROTHKOPF: Obama é definitivamente uma nova face, representando uma nova experiência.

Mas o que é extraordinário é que ele foi eleito por ser mais esperto, mais competente e por oferecer uma visão mais próxima aos americanos do que a oferecida por seus antecessores. No fim das contas, é visto pelo mundo como um símbolo de sistemas de governo mais inclusivos, que vão trabalhar por benefícios não só para os EUA, e sim para todos.

Essa onda Obama vai levar o mundo a um projeto multilateral, revertendo o unilateralismo de Bush? ROTHKOPF: Tenho certeza de que, com a administração Obama, o unilateralismo e o descaso de Bush em relação às leis internacionais serão coisas do passado. É muito provável que ele forme novas alianças, fortaleça as antigas e trabalhe para construir um sistema internacional mais eficaz.

Nesse novo cenário, a Rodada de Doha é viável? ROTHKOPF: Doha vai acontecer.

Será menos abrangente que a proposta original, mas a integração econômica global é uma tendência histórica. No entanto, grandes questões ainda têm de ser resolvidas, como os subsídios à agricultura nos EUA e na Europa.

Alguns acreditam que a hegemonia americana está em declínio. Ainda há espaço para potências hegemônicas? ROTHKOPF: Sempre há espaço para potências maiores que outras. Os EUA vão permanecer, de muitas maneiras, a mais poderosa nação na Terra por muitos, muitos anos. A questão é se esse poder é percebido como sendo usado de forma responsável, com os EUA assumindo o papel de líder na comunidade das nações, ou se ele é percebido como um membro à parte. Obama indicou várias vezes que sua intenção é restaurar essa virtude, a liderança americana.

Obama nomeou ex-conselheiros de Clinton para sua equipe. Teremos um terceiro mandato? Como podem contribuir para o novo governo? ROTHKOPF: Como ex-colaborador de Clinton, tenho uma visão parcial. Na administração Clinton, os EUA viveram seu mais longo período de expansão.

E foi a última grande oportunidade para os coordenadores de políticas democratas. Onde você vai encontrar pessoas com a experiência de que precisamos em tempos de crise? O senhor foi sondado para integrar a nova equipe? ROTHKOPF: Sem comentários.

O novo secretário do Tesouro terá poderes sem precedentes para escolher quais outros setores além dos bancos serão beneficiados com o pacote de US\$ 850 bilhões. O que esperar dele?

ROTHKOPF: Espero que o novo secretário fique com atenção nos EUA e na recuperação internacional.

Trabalhará com o Congresso em um novo pacote de estímulo, e com o mundo para a revitalização de mecanismos desenhados para fiscalizar e apoiar a economia internacional.

Espero um equilíbrio entre políticas orientadas para o mercado que reconheçam a importância das consequências sociais da atual crise econômica e a busca de soluções robustas e justas.

Comunicado final não aponta o G20 como um substituto do G7/G8 – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/11/2008

Os principais pontos do comunicado final do G20 são:

Soluções globais - O comunicado diz que "a crise global requer soluções globais e um conjunto comum de princípios". Mas não avança na divergência entre controles e supervisões internacionais ou nacionais.

Papel do G20 - O texto afirma que "o G20, com sua ampla representação das maiores economias, tem um papel crítico a desempenhar para assegurar a estabilidade global". Acrescenta que "deve maximizar sua eficácia" e que suas deliberações devem ter "como foco prioritário desdobramentos políticos concretos". Mas, ao contrário do que pretendia o Brasil, não o define como substituto do G7/G8 na gerência financeira e política do planeta.

Crise de crédito - O G20 diz que as medidas "ousadas" tomadas por muitos países "começaram a estabilizar o sistema bancário", mas "permanece considerável volatilidade nos mercados globais".

Ou seja, não foi ainda restabelecida a linha da vida da economia, que é o fluxo de créditos, nem mesmo entre os bancos, uma anomalia admitida, entre outros, por Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu.

Quem fiscaliza o quê - O comunicado enfatiza a necessidade de enfrentar "os riscos associados com excesso de alavancagem" e de "aperfeiçoar os regimes regulatórios e de supervisão" de todos os países. Mas não define como fazê-lo. Limita-se a afirmar que é preciso "aperfeiçoar a transparência e a prestação de contas nos mercados, assim como fortalecer a cooperação internacional para identificar e responder preventivamente a riscos sistêmicos". Fala ainda em aperfeiçoar a supervisão de "instituições importantes", entre as

quais as agências de classificação de risco. Generaliza a necessidade de regulação e supervisão "de todos os setores da indústria financeira", de forma adequada. O governo dos EUA já havia antecipado que é contra uma regulamentação, por exemplo, dos "hedge funds".

Fuga de capitais - O documento critica "a tendência de o capital fluir de volta para onde a crise se originou [os países ricos]". Pedre: "Deveríamos explorar meios de restaurar o acesso de países emergentes e em desenvolvimento ao crédito e de retomar os fluxos privados de capital, que são críticos para o crescimento sustentável, incluindo projetos de investimento em infra-estrutura em andamento".

Política monetária - O texto presta a habitual homenagem a "políticas monetárias saudáveis", mas reconhece que "a recente desaceleração no crescimento mundial e a conseqüente redução dos preços das commodities reduziram as pressões inflacionárias e permitiram que os bancos centrais decidissem reduzir o aperto monetário". Adverte, no entanto, que "economias que enfrentam depreciação cambial [caso do Brasil], as pressões inflacionárias podem ser mais persistentes. Nesse contexto, as autoridades monetárias precisarão continuar a monitorar cuidadosamente os eventos econômicos".

Tradução concreta: se predominar a tendência atual de riscos muito maiores de desaceleração/recessão do que de pressão inflacionária, é para reduzir ainda mais os juros.

Instituições multilaterais - O texto diz que "as instituições de Bretton Woods [Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial] devem ser reformadas de modo abrangente para que possam refletir mais adequadamente as mudanças no peso econômico" ocorridas no mundo e para que possam "responder melhor a futuros desafios". Defende, como pedem o Brasil e os países emergentes, que "economias emergentes e em desenvolvimento devem ter mais voz e representação nessas instituições". Prega, por fim, "um realinhamento mais amplo" das ações de cada país nas duas instituições.

Papel do FMI e do BIRD - O texto dá ênfase ao papel das instituições de Bretton Woods, que, na presente crise, tiveram desempenho próximo a irrelevante. Diz: "O FMI, o Banco Mundial e outras instituições internacionais têm importante papel a desempenhar, consistente com seu mandato, em ajudar a estabilizar e fortalecer o sistema financeiro internacional, fazer avançar a cooperação internacional para o desenvolvimento e em assistir países afetados pela crise".

É tão relevante o papel dessas instituições que o G20 defende que seja revista "a adequação dos recursos do FMI, do Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento". É uma alusão ao fato de que o FMI dispõe de apenas US\$ 250 bilhões para oferecer socorro, o que é nada diante da crise atual. O texto atribui ainda ao FMI um papel que o Brasil gostaria que fosse do G20. Por fim, defende a ampliação, a países emergentes, do Fórum de Estabilid

Contra crise, G20 prioriza ação a reforma do sistema – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/11/2008

O G20, o clube de países que somam cerca de 85% da economia mundial, constatou, em sua reunião em São Paulo, que o risco de recessão é bem maior que o de inflação, do que decorre a determinação de "tomar todas as medidas necessária para estimular o crescimento não-inflacionário"- ou, na prática, reduzir os juros e adotar pacotes de estímulo fiscal. O ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, presidente de turno do G20, aceita a recomendação e aproveita-a para fazer publicamente o máximo de pressão que se pode permitir em público sobre o Banco Central para reduzir os juros. "A perspectiva é de queda da demanda; logo, a preocupação com a inflação cede lugar a outras preocupações", disse ontem o ministro, na entrevista de encerramento do G20. Emendou sutilmente: "As autoridades monetárias saberão adequar-se ao novo cenário".

O México, um dos poucos países, como o Brasil, que não reduziu os juros nos meses de crise, já antecipou que vai fazer a adequação sugerida por Mantega: diante da queda de preços de alimentos e commodities, seu vice-ministro de Finanças, Alejandro Werner, diz que há margem para cortar juros. "Os juros que temos agora não mais mais necessários", disse Werner à margem do encontro do G20. A China, por sua vez, antecipou-se à recomendação de "tomar todas as medidas" para o crescimento: anunciou um pacote de estímulo espetacular pelos números (US\$ 586 bilhões, mais ou menos meio Brasil), até 2010. Mas a recomendação do G20 é matizada: não se trata de uma espécie de PAC global (Programa de Aceleração do Crescimento) e, sim, de ações "consistentes com as circunstâncias [de cada país]".

Traduzindo: países que tenham bom resultado fiscal (receitas menos despesas) devem usar o espaço para estimular o crescimento. Quem tem déficit fica mais limitado. O Brasil, que tem saldo, não vê, no entanto, necessidade de aplicar agora algo parecido ao que anunciaram os chineses. "Não temos uma queda de atividade que nos leve a isso", diz Mantega. O fato de o G20 ter recomendado medidas para incentivar o crescimento revela que as autoridades financeiras continuam mais preocupadas em atuar como bombeiros, atacando os diferentes focos de crise, do que em pensar no futuro, na reforma da arquitetura financeira internacional -que deveria ser o principal objetivo da reunião em São Paulo.

É natural que seja assim porque os ministros e presidentes de bancos centrais verificaram que todos os colossais pacotes de suporte a bancos e instituições financeiras ainda não foram capazes de restabelecer o fluxo de crédito para a economia. Nem mesmo entre os bancos voltou-se à normalidade. Se não se sentem seguros para emprestar entre si, os bancos mais ainda hesitarão em financiar os demais setores da economia. Consequência inescapável: "Já há uma certa recomposição da liquidez internacional, mas embrionária e insuficiente para recompor o nível de atividade", afirmou o ministro Mantega.

Nesse cenário, acaba sendo normal que a discussão sobre a reforma do sistema financeiro internacional fique limitada mesmo para a cúpula da semana que vem em Washington. Ela não irá além de determinar uma agenda e um cronograma para as reformas. Explica Mantega: "A crise não pode esperar a reforma do sistema. É preciso trocar a roda do carro com ele em movimento".

Nações do G-20 querem profunda reforma no FMI e no Banco Mundial - Ronaldo D'Ercole, Patrícia Duarte e Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 10/11/2008

SÃO PAULO. Em documento divulgado ontem, no fim da reunião do G-20, os países membros do grupo defenderam amplas reformas em órgãos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), de modo a garantir uma maior representatividade, que reflita o papel que grandes países emergentes desempenham hoje na economia mundial. Em entrevista, a ministra de Economia da França, Christine Lagarde, por exemplo, chegou a afirmar que é hora de o FMI mudar “sua abordagem imperialista”.

“Concordamos que as instituições de Bretton Woods (referência à reunião em que foram criados o FMI e o Bird) devem ser amplamente reformuladas para que elas possam, adequadamente, refletir os diferentes pesos das economias no mundo e ser mais responsáveis nos desafios futuros.

Economias emergentes e em desenvolvimento devem ter mais voz e representatividade nestas instituições”, disse o documento.

Em seu discurso no encerramento do encontro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sugeriu que o G-20 teria uma representatividade mais adequada para liderar e coordenar eventuais ações contra a crise.

— O G-20 representa melhor o quadro de países mais envolvidos com a economia internacional e pode enfrentar melhor o atual cenário — disse.

Indagado sobre a afirmação de Mantega, o diretor-gerente do FMI, Dominique StraussKahn, admitiu a relevância do G20. Mas afirmou que a representatividade do grupo é restrita.

— O G-20 é muito importante, reúne uma grande parte do PIB mundial. Porém, são apenas 20 países. E o FMI representa 185. E há muitos outros com importância econômica no mundo que não estão representados no G-20. Então, eu penso que os dois organismos são importantes — disse ele, que, no entanto, defendeu mais voz aos emergentes. — O Guido (Mantega) está certo em cobrar mais voz, pois, quando você olha para as perspectivas do próximo ano, vê que todo o crescimento virá dos países emergentes.

Sobre as críticas feitas à forma de o Fundo atuar e às reclamações dos emergentes que não se sentem representados na instituição, StraussKahn disse tratar-se de uma “visão tradicional”: — Cada um (dos membros do Fundo) pode ter esse tipo de reação, mas a realidade é que não há outro lugar com a universalidade de nossos membros, com todo mundo ao redor da mesa podendo ter voz.

Debate sobre nova ordem financeira foi adiado A ministra francesa, no entanto, defendeu mudanças profundas na instituição.

— Acredito que a velha escola do FMI deixou algumas cicatrizes — disse ela. — Alguns Estados, um ou dois que vi ontem (sábado, na reunião do G20, em São Paulo) em reuniões bilaterais, lembram que o FMI pode usar essa bastante ortodoxa e imperialista abordagem da análise econômica e de ocasionais exigências sobre os países.

Para o subsecretário para Assuntos Internacionais do Tesouro dos EUA, David McCormick, não há necessidade de se criar novas instituições para regular e fiscalizar o mercado financeiro mundial. Segundo ele, os organismos existentes dão conta do trabalho, embora precisem ser fortalecidos.

McCormick disse ainda que seu país é aliado do G-20 e está aberto a negociar as reformas necessárias.

— Isso não significa um novo Bretton Woods, mas é preciso fortalecer as instituições já existentes, como o FMI e o Banco Mundial — disse ele.

A discussão sobre uma nova regulamentação para o sistema financeiro internacional, aliás, que gerou grande expectativa antes do encontro, acabou ficando em segundo plano. Alguns países, como a Austrália apresentaram propostas. Mas pouco se avançou e a questão será discutida na reunião dos chefes de estado do G-20, no próximo fim de semana, em Washington.

— Não chegamos a definir medidas que devem ser tomadas no âmbito da regulação e da fiscalização dos mercados financeiros — disse Mantega, admitindo que, pela complexidade das mudanças em discussão, nada de concreto deve sair da reunião nos Estados Unidos.

A chocha reunião do G-20 – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 11/11/2008

Faltou inspiração aos ministros de Finanças do G-20, formado pelas maiores potências econômicas - desenvolvidas e em desenvolvimento -, para formular propostas de solução para a crise financeira internacional. Não há uma única novidade no comunicado oficial distribuído no final da reunião, no domingo, em São Paulo. Nas melhores passagens, o texto é mera reprodução de conceitos e sugestões apresentados inúmeras vezes nos últimos 30 dias. O resto é apenas um documento chocho. Interrogado sobre a escassez de propostas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, passou a responsabilidade aos governos do mundo rico: “Quem pariu Mateus que o embale.” Afinal, o governo brasileiro quer ou não quer maior participação das economias em desenvolvimento na definição de soluções para a crise? Neste caso, como em muitos outros, parece inútil pedir clareza ou coerência ao ministro da Fazenda.

O encontro serviu pelo menos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazer mais uma peroração sobre como a crise surgiu nos mercados mal policiados do Primeiro Mundo e sobre a incapacidade do G-7, composto pelas maiores economias desenvolvidas, para cuidar sozinho da boa ordem financeira internacional. Dito isto, o presidente brasileiro voou para Roma com numerosa comitiva, onde cumprirá uma agenda que inclui visita ao papa, antes de participar, em Washington, no próximo fim de semana, do encontro de chefes de governo do mesmo G-20, convidados pelo presidente George W. Bush.

O comunicado reproduz o escasso consenso alcançado entre ministros do mundo rico e os do mundo emergente. Os ministros defendem maior controle dos mercados, maior participação do G-20 nas deliberações sobre as finanças globais, políticas fiscais expansionistas para conter a crise, um papel mais importante para o Fundo Monetário Internacional (FMI) na supervisão dos mercados e maior peso para os emergentes nas instituições multilaterais.

Todas essas idéias foram discutidas amplamente desde a assembléia do FMI, em outubro. O diretor-gerente da instituição, Dominique Strauss-Kahn, já foi além das poucas idéias enunciadas no documento de São Paulo e promete apresentar propostas concretas na reunião de Washington. No dia 6, antes de embarcar para a capital paulista, ele mandou

uma carta aos chefes de governo do G-20, adiantando alguns pontos. Advertiu sobre a possível necessidade de mais dinheiro para ajudar os países atingidos pela crise. Antecipou idéias sobre a montagem de um sistema internacional de acompanhamento dos mercados e de sua articulação com as autoridades nacionais - as únicas que podem impor normas ao mercado. Com realismo, propôs a formação de um grupo representativo de formuladores de política para estabelecer um esquema de supervisão em níveis nacional e multilateral. A reunião de Washington, segundo ele, poderá servir para a formação de grupos de trabalho, orientados para a apresentação de resultados no próximo ano. Para as questões de médio prazo, essa perspectiva é realista. O problema de curto prazo resolve-se com as políticas já adotadas por vários governos - socorro a bancos, estímulo ao crédito e maiores gastos -, tanto mais eficientes quanto mais coordenadas.

As conversações em São Paulo não avançaram em nenhuma dessas áreas. Ficaram nas generalidades, como a defesa da redistribuição de votos no FMI. Mas essa reforma já começou, com a compra de maiores cotas pelos países emergentes. O princípio de proporcionalidade entre as participações no capital e no total de votos não foi essencialmente alterado. Quem paga mais manda mais, observou, com irretocável sensatez, a ministra da Economia da França, Christine Lagarde. Ela já havia discordado do presidente Lula, quando este propôs a conclusão da Rodada Doha de negociações comerciais como um dos passos para a solução da crise. Já há difíceis problemas imediatos para resolver, comentou a ministra. O presidente Lula pode ter razão quanto à conveniência de se concluir a rodada. Essa seria uma forma de combater a tentação do protecionismo, que sempre ganha força nos momentos de crise. Mas não foi para isso que os ministros do G-20 se reuniram em São Paulo. Aqui, eles deveriam ter produzido novas idéias para enfrentar o desafio imediato: a superação da crise de crédito na economia internacional. Os chefes de governo que se reúnem em Washington terão de se virar sem elas.

Hora de consenso – O Globo – Opinião – Editorial – 11/11/2008

Um dos pontos do comunicado final da reunião preparatória do Grupo dos 20, realizada no fim de semana em São Paulo, destaca que “a crise global requer soluções globais e conjunto comum de princípios”.

Este é o mote para o encontro dos chefes de Estado e governo do G-20 no sábado, em Washington. A definição de metas, ações e responsabilidades para lidar com a primeira grande crise do mundo globalizado em estágio avançado exige planejamento e participação multilaterais.

Nesse contexto, faz todo o sentido a defesa pelo governo brasileiro da preponderância do G-20 (que reúne países desenvolvidos e emergentes) sobre o Grupo dos 8, integrado pelos sete mais desenvolvidos, mais a Rússia. Mesmo porque, se a crise nasceu no país mais rico do mundo, os EUA, seus efeitos se alastram. Hoje, países emergentes como China, Brasil, Índia e África do Sul, entre outros, têm seu peso na economia mundial e seu papel de protagonistas na busca de soluções devidamente reconhecidos.

A proposta que o Brasil levará a Washington inclui a reforma das instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, para refletir de forma mais acurada essa nova realidade global.

Tanto o FMI quanto o Banco Mundial foram fundados ao fim da Segunda Guerra, com enorme preponderância dos EUA.

Era inevitável. Cabe, agora, como defende o Brasil, dar mais voz a países cada vez mais emergentes e menos periféricos. O próprio FMI reagiu com flexibilidade à crise, criando uma linha rápida de crédito, sem condicionalidades, para ajudar países em desenvolvimento.

O caráter multilateral da busca de saídas para a crise na economia está em consonância com a postura internacional anunciada pelo presidente eleito dos EUA, Barack Obama, de maior aproximação com os aliados e de conversar também com países considerados inimigos, como o Irã.

A busca de consensos é importante para maximizar a eficácia das medidas a serem tomadas para enfrentar a crise. Todos terão de ceder um pouco para que o conjunto atue.

Definitivamente, não é hora de recaídas em posições rígidas, típicas dos países mais ricos, nem tampouco de ressuscitar retóricas vazias dos velhos discursos terceiromundistas de alguns países em desenvolvimento.

Consenso a construir – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 13/11/2008

DEZENOVE CHEFES de Estado, representando as principais economias do planeta, reúnem-se em Washington neste fim de semana para tratar dos desafios impostos pela crise financeira mundial. São modestas, para não dizer coisa pior, as expectativas de que algo de concreto resulte desse primeiro encontro.

A reunião de cúpula do G20, que inclui também a União Européia, se realiza numa conjuntura em que, do governo Bush, nada mais se espera -enquanto o futuro presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, aguarda com cautelas de felino o momento de ocupar a Casa Branca. Tornou-se uma espécie de lugar-comum, entre economistas e analistas, falar na necessidade de um "novo Bretton Woods" para dar conta da crise mundial. Há poucas indicações, contudo, de que já esteja configurado um clima comparável ao da histórica reunião que, em 1944, estabeleceu os fundamentos do sistema financeiro internacional. Naquele momento, o mundo capitalista emergia da Segunda Guerra sob a hegemonia incontestável dos Estados Unidos. Hoje, o poder econômico começa a distribuir-se entre um número maior de participantes, dificultando a obtenção de fórmulas de consenso. Os intermináveis impasses da Rodada Doha, no âmbito das tarifas do comércio internacional, constituem exemplo eloqüente dessa situação.

Ademais, a crise ainda está em pleno andamento, e seria precipitado imaginar que instituições sólidas possam ser construídas enquanto suas conseqüências, tanto na prática quanto na própria teoria econômica, mal começam a ser dimensionadas. Da intensidade imediata do tumulto, entretanto, surgiram decisões de emergência -e estas, bem ou mal, prefiguram algumas novas direções para o sistema econômico a ser construído.

Tornou-se clara, por exemplo, a necessidade de maior coordenação entre as autoridades financeiras de cada país. Quando, no início da crise, a Irlanda adotou unilateralmente a decisão de garantir seus depósitos bancários, os demais países que

adotam o euro tiveram de agir prontamente, fossem quais fossem as convicções teóricas que professassem, no sentido de uma intervenção direta dos governos em instituições de crédito. Também a evidência de que houve exageros na política de desregulamentação financeira conduz não apenas a um mea-culpa teórico, como também à necessidade de formular, em escala mundial, um conjunto de normas comuns. Seu teor e sua abrangência mal começam, entretanto, a entrar em debate.

Só se pode esperar, da reunião do G20, que a discussão seja mais equilibrada e pragmática, levando em conta o novo papel de países emergentes como o Brasil. Tudo indica que os dias estão contados, na teoria e na prática, para as velhas atitudes de arrogância e de fundamentalismo financeiro; sem dúvida, nada menos razoável do que esperar um maior agravamento da crise para revê-las em profundidade.

Ministro Patrus Ananias conduzirá reunião de autoridades do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDS – Cristiano Bastos - 14/11/2008

O Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, conduzirá os trabalhos da XV Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados, que se realizará em Brasília (DF), na próxima segunda-feira (17/11). Patrus Ananias, que contará com o apoio efetivo de representantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil na condução da agenda de trabalho, também dará as boas-vindas aos participantes da reunião, que será a aberta oficialmente às 9h30, no Hotel Nacional.

Em pauta, estarão as conclusões do Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional para o Mercosul, que se realizou em Brasília, no início deste mês. Haverá espaço, ainda, para o debate em torno do Plano Estratégico de Ação Social para o Mercosul. Assuntos como crise financeira mundial e papel social dos programas de transferência de renda também serão enfocados. Ao todo, estarão presentes 30 autoridades de países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Entre eles, a vice-ministra boliviana, Inés Paéz D'Alessandro, e o embaixador do Chile no Brasil, Álvaro Dias Perez.

A presidência do Mercosul é rotativa (pró-tempore). A cada seis meses está a cargo de um dos países-membros do bloco de países-membros e participantes. No segundo semestre de 2008, o Brasil assumiu a presidência.

SERVIÇO

XV Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Data: 17 de novembro de 2008 (segunda-feira)

Horário: 09h30 - **Local:** Hotel Nacional - SHS Quadra 1, Bloco A - Brasília (DF)

OMC aproveita apoio do G-20 para tentar concluir Doha ainda em 2008 – Jamil Chade
– Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/11/2008

A Organização Mundial do Comércio (OMC) quer convocar para a semana do dia 10 de dezembro uma conferência internacional para concluir um acordo comercial. A medida seria o primeiro fruto concreto da reunião do G-20 deste fim de semana em Washington. Mas o Mercosul não estará unido nisso.

Brasil e Uruguai apóiam um acordo. Mas diplomatas da Argentina dizem que o país será contra a convocação. A Venezuela promete questionar a legitimidade do apelo. A OMC já teria consultado assessores do presidente eleito dos EUA, Barack Obama, para garantir que um eventual acordo não seja ignorado pela próxima administração da Casa Branca.

Sábado, os líderes do G-20 chegaram à conclusão de que parte da solução para a economia internacional seria o estabelecimento de um acordo comercial até o fim do ano. Os governos concordam que não vão estabelecer novas medidas protecionistas pelos próximos doze meses. Mas não há acordo sobre como realizar uma liberalização dos mercados e hoje embaixadores serão convocados à OMC para debater como seguir o mandato dado pelo G-20. A entidade apresentará hoje seu plano de conclusão do acordo.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, disse, em comunicado, que o documento do G-20 deu à Rodada Doha um “estímulo político bastante necessário”. “O que nós precisamos agora é que essa forte demonstração de apoio seja traduzida em ação na mesa de negociação.” Aí começam os obstáculos.

O processo de abertura de mercados foi lançado em 2001 e ficou conhecido como Rodada Doha. A idéia era que um acordo tivesse sido fechado até o fim de 2005. Mas, sem um entendimento entre países ricos e emergentes, a Rodada entrou em crise e, em julho, foi paralisada. Agora, a crise internacional serviria como um novo incentivo para a conclusão do processo.

Em 2001, diplomatas argumentavam que a Rodada apenas conseguiu ser lançada por causa dos ataques terroristas de 11 de setembro daquele ano nos Estados Unidos. “O mundo precisava dar uma resposta unida. Agora, pode ser que a nova crise conclua a Rodada”, disse um experiente negociador em Genebra. “A crise caiu do céu para a OMC”, afirmou outro.

“Não é tempo de orgulhos ou preconceitos, nem de nacionalismos”, afirmou, na semana passada, o embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo. Mas, para o embaixador da Argentina em Genebra, Alberto Dumont, Buenos Aires continuará se opondo a um acordo que exija a abertura dos emergentes para produtos industriais dos países ricos. “Não acredito que haverá acordo”, disse. A abertura dos mercados emergentes para bens industriais é um dos maiores obstáculos a um acordo.

A visão de Buenos Aires é de que a abertura dos mercados de produtos industrializados afetaria negativamente o país, num momento em que a criação de

empregos corre o risco de estagnar. Os argentinos alertam que a crise foi causada exatamente pelo liberalismo excessivo e não faria sentido, agora, promover maior controle estatal nos mercados financeiros, enquanto se defende uma liberalização no setor comercial. Especialistas, porém, alertam que seria o fechamento dos mercados que agravaria a situação internacional.

Nos próximos dias, o governo brasileiro entrará em sérias discussões com seus parceiros no Mercosul e com os demais emergentes para tentar convencê-los de que os entraves técnicos não são suficientes para impedir que o mandato político de peso do G-20 seja ignorado. Uma cúpula do Mercosul deve ocorrer antes da reunião da OMC e o Brasil já planeja oferecer concessões e mesmo alternativas para convencer os argentinos a aceitar o pacote.

Uma das idéias seria permitir maior prazo para adoção das medidas de liberalização. O Mercosul, por ser uma união aduaneira, precisa manter uma postura conjunta em termos e tarifas comerciais.

Diplomatas estimam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela pressão que fez por um acordo comercial em Washington, aceitará negociar uma saída com a Argentina.

Para os países ricos, a abertura dos mercados emergentes viria em hora crucial. A Europa está em recessão e o mesmo deve ocorrer com Estados Unidos e Japão em 2009. Os únicos mercados que devem continuar crescendo são os emergentes.

Lamy convocou para hoje um encontro com os principais embaixadores para definir quais serão os próximos passos até o dia 10 de dezembro. Outro obstáculo será convencer Índia, Indonésia, China e outros importadores de alimentos a aceitar a abertura de seus mercados. Esse ponto levou ao fracasso a reunião da OMC em julho.

Outra preocupação é fechar um acordo que também seja aceito pelo novo governo dos EUA. Na campanha, Obama prometeu rever os acordos comerciais assinados por George Bush e até modificar a posição americana em negociações que não tenham sido concluídas.

Para o chanceler Celso Amorim, o encontro deveria ocorrer já em dezembro e seria “a melhor mensagem política que o mundo poderia dar à crise”. Para os mais irônicos, falta agora Amorim convencer seus sócios no próprio Mercosul.

Novo capítulo – Celso Amorim e Luiz Dulci – O Globo – Opinião – 17/11/2008

No próximo dia 19 de novembro, acontecerá a I Reunião do Conselho Brasileiro do Programa Mercosul Social e Participativo, instituído por decreto do presidente Lula no último dia 6 de outubro.

Essa iniciativa marca um novo capítulo nas relações entre o governo e a sociedade civil brasileiros no campo da integração regional.

O Programa Mercosul Social e Participativo constituirá um foro permanente de diálogo entre governo e sociedade civil sobre os temas da integração no Mercosul. Nele, as organizações da sociedade civil poderão acompanhar, de forma sistemática e regular, os trabalhos na ampla agenda da integração do Mercosul e apresentar propostas.

O programa será integrado por um Conselho presidido pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores. Contará, ainda, com um calendário de atividades e iniciativas promovidas pelas diversas esferas do governo, em parceria com atores sociais.

Trata-se de um reconhecimento de que a sociedade civil brasileira está cada vez mais madura, organizada e engajada. Suas organizações são uma fonte de referência com vasto conhecimento da realidade brasileira, capacidade propositiva e disposição de contribuir para a formulação de políticas nos mais diversos âmbitos da vida nacional.

Vivemos uma época em que os temas da política externa atraem a atenção da sociedade brasileira como nunca antes. A integração da América do Sul, em particular, desperta interesse pela densidade das relações com os países vizinhos e a consciência crescente da semelhança dos desafios e problemas que todos enfrentamos. Muito se fala, hoje, em assimetrias no Mercosul, quase sempre para apontar as diferenças entre os países. No entanto, pouco se comenta que a assimetria é uma condição comum aos nossos países em sua busca pela superação das profundas desigualdades sociais que nos caracterizam.

O projeto nacional brasileiro passa necessariamente pela integração com os países vizinhos. É um equívoco pensar o desenvolvimento nacional de forma autônoma, desvinculado da realidade regional. Hoje ninguém mais se surpreende com a noção de que muitas das questões que mobilizam a sociedade e exigem ação dos governos não reconhecem fronteiras. Isso fica evidente, por exemplo, nas questões ambientais, migratórias, de saúde, de segurança, e no próprio comércio.

No Brasil, é muito auspicioso que as políticas de integração sejam formuladas com contribuições das forças vivas da sociedade.

Ao mesmo tempo em que se amplia o espaço de cidadania, a política de integração ganha legitimidade. É uma política que tem o rosto do Brasil.

Mais do que consolidar os canais de diálogo existentes entre governo e sociedade civil sobre a integração, o Programa Brasileiro do Mercosul Social e Participativo pretende aprofundar o debate sobre um projeto que pertence ao Estado e à sociedade e enriquecer a visão de todos sobre a realidade sul-americana.

CELSO AMORIM é ministro das Relações Exteriores.

LUIZ DULCI é secretário-geral da Presidência da República.

REAF abre debates sobre os desafios da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 17/11/2008

Cerca de duzentos representantes da sociedade civil e cem dos governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Venezuela participam, de 22 a 27 de novembro, da X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) no Rio de Janeiro. O encontro é realizado a cada seis meses com o objetivo de discutir e formular recomendações acerca de políticas, ações e projetos relacionados à agricultura familiar. As deliberações são encaminhadas ao Grupo Mercado Comum (GMC) e ao Conselho Mercado Comum e, caso aprovadas, passam a ser implementadas no Mercosul.

Neste semestre, o principal tema em discussão é a criação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul). O Fundo estará aberto à participação dos estados-membros e tem como objetivo financiar programas e projetos de incentivo à agricultura familiar do Mercosul. A contribuição anual de cada país para constituir o FAF Mercosul será determinada conforme os seguintes critérios: uma contribuição básica de US\$ 15 mil; e uma contribuição mínima anual de US\$ 300 mil. Esta última será integrada conforme as seguintes porcentagens (estabelecidas com base na média histórica do PIB do Mercosul): Brasil (70%), Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%).

Palestras - Outro destaque é para a palestra, no dia 23, do ex-ministro da Agricultura do Chile no governo de Salvador Allende e ex-diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris, Jacques Chonchol. A exposição será durante o Curso de Formação de Jovens Rurais. O especialista acredita que a globalização tenha prejudicado a agricultura de subsistência e instituído o trabalho assalariado no campo. Ele defende uma mudança profunda na política de reforma agrária na América Latina e o estímulo à agricultura familiar, como incentivo à tecnologia e à criação de programas de segurança alimentar. Além do curso voltado para jovens, a programação da Reaf também prevê três importantes seminários, que irão discutir os impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura familiar, o uso da terra por estrangeiros e a questão da segurança alimentar. Serão, ainda, definidas diretrizes para igualdade de gênero nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Participantes - A abertura oficial da Reaf contará com as participações do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; do secretário de Agricultura da Argentina, Carlos Cheppi; do ministro da Agricultura e Pecuária do Uruguai, Ernesto Agazzi; do vice-ministro da Agricultura e Pecuária do Paraguai, Henry Moriya; do vice-ministro de Desenvolvimento Rural Integral do Ministério do Poder Popular para a Agricultura e Terras da Venezuela, Gerardo Rojas; do diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário (Indap) do Governo do Chile, Hernan Rojas Olavarria; e do diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e de Terras do Paraguai (Indert, Alberto Alderete. Também estarão presentes no encontro o gerente de operações da América-Latina e Caribe do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), Paolo Silveri, e o consultor de Desenvolvimento Rural Territorial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Rodrigo Castañeda. Participam, ainda, a delegação de ministros do Conselho Agropecuário Centro-americano e representantes da África do Sul (que querem adaptar a experiência da Reaf para suas regiões).

Autoridades do Mercosul discutem criação de Instituto Social para o bloco – Sítio Eletrônico do MDS – Súsán Faria – 17/11/2008

A criação do Instituto Social do Mercosul foi um dos temas discutidos, nesta segunda-feira (17/11), em Brasília (DF), durante a XV Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). “O Instituto pode ser um espaço que consolide as experiências dos países membros”, disse o ministro Patrus Ananias. “Está na hora de avançarmos no Mercosul Social e de estabelecermos um Instituto”, complementou.

O ministro Patrus Ananias lembrou que cada país tem as suas especificidades, a sua soberania, mas também problemas comuns, relacionados a trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho escravo. Em comum também a necessidade de estimular, nas fronteiras, a economia solidária e o cooperativismo, temas que poderiam ser trabalhados no Instituto. Na opinião de Patrus Ananias, o novo órgão poderia ainda preservar a memória dos encontros e das políticas do Mercosul, se transformando num espaço mais permanente de reflexão, de coleta de dados, de ações conjuntas e compartilhadas.

Entre os temas abordados nesse encontro na capital federal, estão a criação e o fortalecimento das leis nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional; a articulação da produção da agricultura familiar aos mercados institucionais e ao uso racional de energia, e preservação do meio ambiente; a regulamentação de cantinas escolares e vendedores nas proximidades das escolas; a formação de uma rede de discussão sobre Educação Alimentar e Nutricional (EAN) entre os países do Mercosul; a inclusão desse tipo de educação nos currículos escolares.

Crise mundial – Pela manhã, ao abrir a reunião no Hotel Nacional, o ministro Patrus Ananias afirmou que não podemos permitir que a gravidade da crise financeira mundial ofusque e diminua a atenção para problemas como a miséria e a fome – que, não somente continuam existindo, mas podem se agravar na atual conjuntura. O ministro lembrou que é necessário preservar as conquistas da área social e ampliá-las até porque elas têm efeito contra a crise. “Este fórum acontece em um momento importante do contexto mundial. Os países compartilham fortes laços históricos e culturais que compõem um rico mosaico em graus de identidade e em nossos processos culturais e nacionais, como também de diversos problemas persistentes como pobreza e a desigualdade social”. Patrus disse, ainda, que é preciso ficar atento para que as populações, principalmente os segmentos mais pobres e vulneráveis, não venham a sofrer as consequências da ação especulativa que por muito tempo enriqueceu os mais ricos. “Que a conta agora não seja apresentada aos pobres”, comentou.

Durante a reunião, o chefe do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Bruno Bath, alertou que questões como pobreza e qualidade de vida não conhecem fronteiras e exigem tratamento integrado. Já o embaixador do Chile no Brasil, Álvaro Dias Peres, afirmou que a crise financeira mundial pode gerar menos crescimento na América Latina e refletir em maior desemprego e mais pobreza,

comprometendo as metas do milênio. Ele entende que é preciso incrementar os orçamentos dos gastos sociais e explicou que o governo chileno vai triplicar o orçamento para Saúde, Educação e combate à pobreza no próximo ano.

Já o assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, Renato Martins, anunciou que será formalizado, dia 19 deste mês, a primeira reunião do Conselho Brasileiro da Sociedade Civil do Mercosul, que estabelece um novo patamar de relação entre o governo brasileiro e as organizações da sociedade civil para desenhar as políticas públicas do Mercosul, sobretudo as sociais.. A iniciativa de criar o Conselho é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O Mercosul vive uma etapa na qual a integração é uma prioridade”, complementou Renato Martins.

Também participaram da reunião a secretária-executiva do MDS, Arlete Sampaio; o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano; e autoridades de países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Entre eles, a vice-ministra do Desenvolvimento Social da Argentina, Inés Paéz D'Alessandro; o ministro de Ação Social do Paraguai, Pablino Cárceres; a subsecretária de Desenvolvimento Social do Uruguai, Ana Maria Olivera; a vice-ministra de Desenvolvimento Social do Peru, Maria Rosa Carmen Boggio; a vice-ministra de Participação Popular da Venezuela, Isis Ochoa; e o subsecretário de Desenvolvimento Social do Equador, Paciente Vásquez.

Conclusão de Doha tem novo desafio – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 18/11/2008

Fortalecidos pela recessão nos países ricos, China e Índia alertam: não abrirão seus mercados e serão os países industrializados que terão de fazer concessões para permitir um acordo comercial até o fim do ano. Ontem, a Organização Mundial do Comércio (OMC) reuniu seus principais embaixadores para debater como cumprir a decisão do G-20 de concluir a Rodada Doha até o fim do ano. A convocação de uma conferência internacional para meados de dezembro está nos planos. Falta saber quem flexibilizará as posições para permitir um acordo.

No fim de semana, os líderes do G-20 estabeleceram a necessidade de um acordo comercial até o fim do ano como forma de contribuir para a economia global e evitar protecionismos. Ontem, o Brasil declarou que apóia a proposta e atuará para isso. “Vamos trabalhar de forma construtiva”, afirmou o embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo. Ele convocou para hoje os países emergentes, para aproximar posições. O grupo, porém, tem dificuldades para encontrar posições comuns. Ontem mesmo, tanto Pequim como Nova Délhi disseram que um acordo viria da flexibilização nas demandas da União Européia e dos Estados Unidos, além da abertura de seus mercados agrícolas.

Com o moral em alta depois da cúpula do G-20, em Washington, os países emergentes vão insistir para que suas vozes sejam ouvidas a partir de agora. “Para que haja um acordo, os países ricos deverão ter uma posição mais realista do que estão pedindo. Não podem apenas pedir acesso a nossos mercados. Esse é um processo para gerar desenvolvimento”, afirmou o embaixador da China na OMC, Sun Zhenyu.

Um dos pontos que a China promete bloquear é a tentativa de EUA e Europa de conseguir eliminar todos os impostos de importação para setores inteiros da economia. “Isso será difícil, e por isso digo que esses países terão de ter posições mais realistas.” Para o chinês, há ainda grandes diferenças nas posições dos governos. “A tradução do mandato que recebemos do G-20 será um desafio”, afirmou o negociador de Pequim.

O ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, garantiu que não haverá a possibilidade de seu país aceitar a abertura do seu mercado para bens agrícolas. Nath deixou claro que está disposto a viajar para uma conferência internacional em dezembro. No entanto, as concessões não viriam dele.

A Índia ainda esnoba a iniciativa brasileira de unir os países emergentes em torno do G-20 (grupo de países em desenvolvimento). “Que grupo é esse?”, ironizou o embaixador da Índia na OMC, Ujal Bhatia. A Índia foi um dos fundadores do bloco em 2003. “Há um G-20 morto e um vivo”, disse, sobre o G-20 que se reuniu nos EUA.

Outros países também deixaram claro que concessões cabem a europeus e americanos. “Os países ricos precisam traduzir o mandato do G-20 em flexibilidades concretas. Os países ricos não podem apenas pedir”, afirmou o embaixador da África do Sul, Ismael Faizal.

Tanto China como Índia estiveram entre os dois países que acabaram dificultando um acordo na OMC em julho. A Rodada Doha foi lançada em 2001. Mas enfrenta dificuldades para ser concluída diante das diferenças entre os países sobre como deve ocorrer a liberalização dos mercados. Ambos sabem que agora têm um peso maior nos debates, diante da fragilidade dos países ricos com a crise.

Apesar de não declarar publicamente, o Itamaraty espera que haja uma mudança de atitude dos países emergentes para que aceitem um acordo.

De volta a Doha – Folha de São Paulo – Opinião – 18/11/2008

A REUNIÃO DO G20 acarretou algumas poucas surpresas -todas leves, pois não se cogita que uma cúpula assim extensa e convocada às pressas possa esgotar e muito menos resolver a grave crise internacional de crédito. Entre os raros imprevistos em Washington esteve a recomendação dos chefes de Estado e governo para que a rodada Doha de negociações sobre liberalização do comércio seja retomada em dezembro. É um bom sinal que tal determinação tenha sobrevivido no comunicado do G20.

O retrospecto das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) recomenda dosar a esperança com generosa quantidade de cautela. Só dos presidentes Bush e Lula já se ouviram reiterados apelos para fazer a rodada avançar, contra todas as indicações de que um acordo fosse possível. Manifestações de vontade política não têm o poder mágico de materializar concessões necessárias para desentruar as arrastadas, complexas e disputadas negociações.

Com a assinatura de 22 países, entre as maiores economias do planeta, o novo apelo adquire um valor de face incomum nos meses que transcorreram desde o fracasso de julho, quando Doha soçobrou. Nada há em vista, contudo, que sugira disposição dos EUA ou da Índia de rever sua discordância sobre salvaguardas para proteger agricultores indianos pobres em caso de disparada nas importações, confronto que pôs o acordo por água abaixo.

Pior: alguns países já ensaiam movimentos na direção oposta de Doha. É o caso do pacote de incentivo à indústria automobilística norte-americana, que dificilmente escapará de medidas de caráter restritivo. Talvez por pressentirem o reflexo que se armava, líderes do G20 cuidaram de incluir a promessa de não adotar nos próximos 12 meses novas barreiras ou restrições às exportações alheias e medidas de incentivo às próprias.

Só não é mais surpreendente que um presidente dos EUA tenha concordado com tal item do comunicado por ser ele George W. Bush, que deixa sob desprestígio universal o comando do país. Barack Obama, eleito mas ainda não empossado, manteve distância prudente da cúpula. Na campanha, fez jus à tradição protecionista do Partido Democrata e defendeu a revisão de acordos de liberalização comercial como o Nafta, tratado que criou uma zona de livre comércio com o México e o Canadá.

A retomada da rodada Doha ainda em dezembro depende de Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, conseguir apoio político suficiente para convocar uma reunião de nível ministerial dentro de no máximo um mês. Como Obama só toma posse em janeiro, está no seu interesse evitar que isso aconteça. Em contrapeso a tamanho obstáculo opõe-se unicamente o porte da crise. Resta por verificar se ela é grave o bastante, como se mostrou o 11 de Setembro ao impulsionar Doha em 2001, para transmutar a retórica usual das cúpulas em concessões reais sobre a mesa de negociação.

Brasil quer reunião de Doha o quanto antes – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/11/2008

O Brasil quer uma reunião de ministros o quanto antes para tentar fechar um acordo na Rodada Doha ainda neste ano. O recado foi dado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy.

O chanceler sugeriu a Lamy que a reunião seja marcada para o início de dezembro, a fim de evitar que a proximidade do recesso de fim de ano pressione os negociadores. No último encontro ministerial, em julho, as tentativas de fechar um acordo global de comércio fracassaram depois de nove dias de conversas em Genebra. Lamy telefonou para Amorim anteontem para consultá-lo sobre a possibilidade de uma nova reunião em dezembro. Segundo o diretor-geral da OMC, das duas condições para que o processo pudesse ser retomado, uma delas, o impulso político, foi cumprida na reunião do G20, em Washington.

A outra era aparar as arestas técnicas das negociações, o que Lamy espera ocorrer nas próximas duas semanas. Para isso, convocou ontem embaixadores para um encontro e marcou um segundo para domingo. Mas alguns vêem riscos no empurrão político dado em Washington a Doha. Um novo fracasso seria um mau prenúncio sobre o pacote de resgate do sistema financeiro anunciado no sábado pelo G20 e poderia deixar sua credibilidade abalada. O alerta foi feito ontem por um dos principais mediadores da OMC, diante da inflexibilidade demonstrada pelos países membros da entidade.

Dois dias depois da reunião de Washington, uma intensa movimentação diplomática teve início em Genebra para avaliar a possibilidade de um acordo ainda neste ano sobre os dois principais temas da rodada: agricultura e indústria. Foi essa a instrução dada pelos líderes do G20, mas na OMC o ceticismo parecia ser maior que o senso de urgência. "Ninguém falou uma palavra sobre flexibilidades", lamentou o mediador das negociações agrícolas, Crawford Falconer, depois de reunir os representantes dos países. O embaixador neozelandês advertiu que a credibilidade dos líderes ficará comprometida se houver um novo fracasso.

A sensação na OMC é a de que a pressão política criada pelo G20 por um desfecho de Doha tornou quase inevitável que haja uma nova reunião de ministros. Por outro lado, a falta de progressos nas negociações em relação ao colapso de julho mantém muitos negociadores céticos. Foi um tema agrícola, o mecanismo de restrição a importações dos emergentes, o principal motivo que levou ao colapso da última reunião ministerial da OMC, realizada em julho. A Índia, apoiada pela China, entrou em confronto com os EUA ao rejeitar a abertura de seus mercados por temer danos a seus pequenos agricultores. Desde então, foram feitas várias tentativas de destravar as negociações, sem sucesso. "Houve pouco progresso", admitiu ontem o embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo. Hoje Brasil, Índia e os demais grupos do G20 agrícola farão uma reunião para tentar sincronizar suas prioridades. Em julho, isso foi impossível.

Um passo – O Globo – Opinião - - 18/11/2008

Eram tão baixas as expectativas diante do encontro do G-20, no último fim de semana, em Washington, que as conclusões da reunião — um rosário de intenções — terminaram sendo positivas. O fato de recepcionar o grupo um presidente americano no seu ponto mais baixo de popularidade, à espera apenas de ser substituído na Casa Branca, tratou de esvaziar a reunião. Entretanto, o simples fato de dirigentes das 20 maiores economias do mundo, donas de 90% do PIB do planeta, tentarem se entender para manejar com uma crise global é um avanço. Não chegou a ser algo tão retumbante quanto quer fazer crer a versão oficial divulgada em Brasília, mas o entendimento de que o fórum para tratar da atual crise, e das lições que ela traz para uma nova ordenação do sistema financeiro, precisa ser mais amplo que o G-7 já foi alguma coisa. Agora, é fazer com que essa abertura à ampliação da multilateralidade se traduza em iniciativas concretas. O encontro serviu, ainda, para desanimar quem considerava os Estados Unidos, onde está o epicentro da crise, tão fragilizados que poderiam aceitar propostas heterodoxas. Se o presidente francês, Nicolas Sarkozy, embarcou em Paris com essa idéia, frustrou-se, ao ver engavetado, por pressão americana, seu plano de criação de uma agência reguladora para fiscalizar o sistema financeiro internacional, um projeto técnica e politicamente de difícil execução. Um organismo tão poderoso seria de complexa administração. Mais sensato parece ser mesmo a tentativa de se definir um colegiado de supervisores para acompanhar as maiores instituições financeiras internacionais. Quanto ao propalado “ novo Bretton Woods ”, ainda se levará algum tempo para se discutir a sério o assunto. Afinal, falta o principal interlocutor, o futuro presidente Barack Hussein Obama. No comunicado da reunião, fez-se menção a medidas de cunho fiscal para combate à onda recessiva que se abate sobre o mundo, com mais força nos Estados Unidos e na Europa. É provável que autoridades de Brasília queiram se valer do documento do G-20 para manter os gastos públicos correntes a todo o vapor. Será grave erro. Pois o Brasil não reúne quaisquer das condições indicadas para se adotar uma política fiscal expansionista: não tem superávit externo em transações correntes, nem nas contas públicas internas. Apertar o acelerador dos gastos significa dirigir o país para outro estrangulamento externo — como na era Geisel — e ampliar as pressões inflacionárias, deixando o Banco Central isolado na tentativa de compensar os efeitos negativos da desvalorização cambial sobre os preços. Que a reunião de Washington não leve a esse desatino.

O Brasil e o G-20 - ILAN GOLDFAJN – O Globo – Opinião – 18/11/2008

O G-20 é o grupo das maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo. O G-7 é o grupo dos sete países mais desenvolvidos economicamente do mundo. Já o G-4 é o mais interessante: inclui as quatro melhores equipes de futebol do Brasileirão, com direito a disputar o campeonato da Libertadores da América no ano que vem. Assisto à disputa pelo G-4, mas escrevo sobre o G-20, cuja reunião de combate à crise mundial ocorreu neste fim de semana. O governo brasileiro anunciou que foi uma cúpula histórica, que mudou a lógica das decisões políticas no mundo, e que a proposta do Brasil de regular o sistema financeiro internacional foi aceita. Não é o momento para se deslumbrar. Na realidade, o G-

20 foi palco de uma nova tentativa dos governos dos países de estancar a crise que já se alastra há meses. O fórum adotado foi o G-20, porque o mundo desenvolvido precisa mais do que nunca proteger o crescimento nas economias emergentes, para o seu próprio bem. E está claro para todos que é necessário modificar a regulação existente nos mercados financeiros internacionais. A melhor contribuição do Brasil (e da China e de outros emergentes) para a crise mundial é trabalhar para se manter saudável economicamente neste período conturbado. Ver a crise como oportunidade de adquirir poder político internacional momentâneo pode desviar a atenção da tarefa à mão. E nem tudo que está à mão deve ser deixado como referência: em recente visita ao secretário do Tesouro americano, Paulson, o Ministério da Fazenda do Brasil propôs “novas idéias” para acalmar os mercados internacionais, supostamente com base num exemplar da revista inglesa “The Economist”, que foi deixado de cortesia (“Valor”, 17/11). Tirando o pitoresco do acontecido, demonstra foco equivocado. Há muita coisa a fazer no Brasil nos próximos meses e anos. Aproveitamos a declaração conjunta emitida pelo G-20 para mostrar onde se encontram as preocupações coletivas e os possíveis próximos passos dos governos: (i) Risco de protecionismo. Os governos se comprometeram nos próximos 12 meses a não elevar as barreiras ao comércio e a retomar as negociações de Doha. (ii) As Instituições Financeiras Internacionais (IFI) — FMI, Banco Mundial — têm que contribuir usando sua capacidade plena de emprestar. Já o Fórum de Estabilidade Financeira (FEF), que acompanha o risco dos mercados financeiros, vai se ampliar e incluir mais membros. (iii) O G-20 reconhece a importância de políticas expansionistas domésticas, como a monetária e a fiscal, para amenizar a crise. Mas reconhece também que, em cada país, a política monetária tem de se adequar às suas condições econômicas, e que a fiscal tem de respeitar a sustentabilidade da dívida. (iv) Reforma do sistema financeiro internacional, com diversas medidas propostas. (v) Nova reunião marcada para abril/2009. Talvez a mais significativa resolução. O novo presidente americano, Barack Obama, que não participou deste fórum, terá oportunidade de contribuir plenamente no próximo. Para o Brasil é mais produtivo concentrar-se nas implicações locais da crise global. Há várias questões de curto prazo para administrar. A liquidez já está fluindo adequadamente no sistema financeiro brasileiro? A intervenção cambial atual é duradoura para um período de crise mais extenso? Como vai se comportar a arrecadação com a economia em desaceleração? Como manter a responsabilidade fiscal num cenário adverso? Em suma, pé no chão é essencial no momento. O G-20 não fez nem mais nem menos do que o esperado de um fórum desses: diretrizes amplas, consensos mínimos. Não foi uma reformulação do poder mundial e está longe de ser uma solução definitiva da crise no mundo. O Brasil faria bem em se concentrar nos impactos locais da crise global, definir as reações apropriadas de curto prazo, evitar o oportunismo de alguns e avançar nas reformas estruturais. Isso o levaria a um desempenho econômico saudável neste período de crise e o credenciaria a um papel maior na economia mundial. Uma futura presença política de alto nível nos fóruns

Meirelles: G-20 deve substituir G-7 - Ronaldo D ' Ercole e Bruno Rosa – O Globo – Economia – 18/11/2008

SÃO PAULO, RIO e LONDRES. O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse ontem que o G-20, que reúne as maiores economias industrializadas e emergentes do mundo, tende a se tornar um órgão mais importante do que o G-7 (grupo dos sete países mais ricos) como fórum para questões econômicas globais, como a atual crise financeira. Segundo Meirelles, a crise internacional é severa e deve durar ainda “ um bom tempo ” . Mas a crescente participação dos países emergentes na economia mundial trará naturalmente ao G-20 maior relevância que organismos como o G-7, há anos o centro das decisões sobre a economia global. — O G-20 está se tornando talvez um dos mais importantes órgãos, a médio prazo, de discussão desses problemas, suprimindo uma parte do papel do G-7, tendendo a ocupar, a longo prazo, esse lugar. E por uma razão muito simples: porque os emergentes cada vez ocupam uma parcela maior na economia mundial — disse Meirelles, ontem em seminário na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele voltou a advertir que o Brasil, embora tenha sido atingido só mais recentemente, não escapará dos estragos da crise financeira. Mas que, por desfrutar de condições macroeconômicas mais sólidas, tem como sustentar um ritmo de crescimento econômico melhor que a maioria dos países. — O Brasil vai ter uma desaceleração no crédito, e no nível de atividade em geral, mas numa dimensão menor que outras economias. Vamos crescer acima da média global. Para analistas, o conjunto de medidas a serem aplicadas pelo G-20 para neutralizar a atual crise financeira e evitar outras, como o acompanhamento dos 30 maiores bancos no mundo, é positiva, mas vem tarde. Para Luis Miguel Santacreu, analista do setor bancário da Austin Rating, mesmo a integração do sistema financeiro tendo começado há 25 anos, os BCs não foram capazes de criar sintonia para entender como funciona o mercado de operações mais sofisticadas. A dificuldade, afirma, é que cada governo tenta flexibilizar seu sistema para atrair investimentos. — Os BCs acabaram dando mais atenção a questões como juros e inflação. Porém, essa parte do sistema financeiro ficou de lado. É algo muito difícil, pois cada mercado tem sua legislação. Além dos bancos, precisam ser levados em conta as agências de classificação de risco e os paraísos fiscais. Não será uma tarefa fácil, pois os governos, para atrair capital, tendem a ser flexíveis. E, no momento em que se aumenta essa fiscalização, as empresas podem migrar para mercados mais livres — disse Santacreu. João Resende, analista do Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (Inepad), diz que a medida, apesar de complexa e difícil, tende a ser benéfica para o consumidor final: — Haverá uma maior transparência. Por isso, o consumidor será beneficiado. E há quem diga que essas medidas vão reduzir o lucro do setor financeiro. — Inevitavelmente, uma maior regulamentação vai tornar os serviços financeiros menos lucrativos e coibir o excesso de risco — disse Peter Hahn, pesquisador da Faculdade de Administração de Empresas Cass, de Londres e exdiretorexecutivo do Citigroup. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, afirmou ontem que está disposto a apoiar estímulos fiscais para aquecer a demanda, como pediu o Fundo Monetário Internacional (FMI) na reunião do G-20. (*) Com Bloomberg News e agências internacionais

Mercosul protecionista – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 20/11/2008

Há menos de uma semana o governo brasileiro assumiu, juntamente com os demais integrantes do Grupo dos 20 (G-20), o compromisso de nos próximos 12 meses não ampliar barreiras comerciais e não limitar exportações. Os chefes de governo também prometeram não adotar, nesse período, incentivos à exportação incompatíveis com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) - uma declaração redundante, mas incluída, assim mesmo, na declaração conjunta. Agora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa decidir se vai levar a sério esse compromisso ou se embarcará, juntamente com a Argentina e outros sócios do Mercosul, em mais uma elevação da Tarifa Externa Comum (TEC).

O governo argentino passa por um novo surto protecionista. Já ampliou a lista de licenças não automáticas para importação, afetando os fabricantes brasileiros de televisores e têxteis. Pretende, além disso, adotar salvaguardas contra produtos de alguns setores industriais do Brasil, incluídos o metalomecânico e o de autopeças. Para isso, tentará acionar o Mecanismo de Adaptação Competitiva do Mercosul (MAC), uma aberração admitida por Brasília, mas ainda não regulamentada do lado brasileiro. Iniciativas desse tipo afetam o comércio interno do bloco regional, tornando-o mais emperrado e escancarando ao mundo a sua fragilidade, mas não afetam diretamente a relação do Mercosul com os demais países.

Mas o governo argentino também defende a elevação da Tarifa Externa Comum, aplicada a produtos originários de fora do bloco. O governo brasileiro não se manifestou contra a idéia, pelo menos abertamente. Ao contrário, tem dado sinais de apoiar a iniciativa. O assunto foi discutido em Buenos Aires, na terça-feira, em reunião do Comitê Bilateral de Monitoramento do Comércio. Segundo nota divulgada pelas autoridades argentinas, os negociadores decidiram propor na reunião de cúpula do Mercosul, marcada para dezembro, em Salvador, a elevação da TEC para vinhos, pêssegos, laticínios, têxteis, móveis de madeira, produtos da indústria de calçados e “outros”.

O compromisso assumido pelos governantes do G-20, em Washington, não implica, nem poderia implicar, renúncia ao direito de legítima defesa comercial, nos termos previstos pelas normas internacionais. Mas será essa a justificativa para o pretendido aumento da TEC? Poderão os governos do bloco sustentar essa justificativa diante dos parceiros de fora?

Os países do Mercosul não são os únicos a impor restrições ao comércio depois da reunião do G-20, no sábado passado. O governo russo anunciou a redução, em 2009, das cotas de importação de frangos e de suínos. A Índia deverá cobrar uma nova tarifa sobre os produtos de aço, de acordo com informação do Ministério da Economia. Barreiras criadas em vários países, antes da crise internacional, são mantidas em vigor ou foram recentemente estendidas. É o caso das tarifas impostas pelo governo americano à importações de aço da Índia, da China, da Indonésia, de Taiwan e da Ucrânia, criadas em 2001 e renovadas no dia 11 de novembro.

Também tem havido novidades do lado do estímulo à exportação. Antes da reunião de Washington, o governo chinês anunciou novas facilidades fiscais para os exportadores a

partir de dezembro. Falta verificar se esses incentivos são compatíveis com as normas da OMC.

O governo brasileiro também deveria - e poderia - fazer mais para aumentar o poder de competição dos exportadores brasileiros e teria meios para conseguir isso sem violar acordos internacionais. Mas não tem ido além de medidas fragmentadas e de execução muito lenta.

Uma boa política para aumentar a competitividade, mais necessária do que nunca, seria a alternativa correta a medidas protecionistas. O compromisso do G-20 contra o protecionismo refletiu, em boa parte, posições defendidas com insistência pelas autoridades brasileiras. O recurso fácil ao protecionismo, agora, será desmoralizante, mas Brasília dificilmente deixará de acompanhar Buenos Aires na defesa de uma TEC mais elevada para vários produtos. O protecionismo argentino tem grandes possibilidades de prevalecer, nesse caso, e também na hipótese de uma nova tentativa de acordo sobre os temas básicos da Rodada Doha, neste fim de ano. Algo diferente será uma enorme surpresa.

O Mercosul de hoje não serve – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/11/2008

De repente, imaginem só, os principais negociadores da Rodada Doha sentam-se em volta da mesa com uma forte disposição de chegar a um acordo. Faltarão, naturalmente, algumas concessões de lado a lado, e nenhuma delas será muito pesada para o Brasil. Como agirá a diplomacia brasileira, se mais uma vez o governo argentino se opuser a qualquer concessão razoável na área industrial?

O cenário propício à conclusão das negociações globais de comércio é só uma hipótese muito otimista, neste momento, mas não chega a ser uma alucinação. Esse objetivo foi incluído no comunicado final da reunião de chefes de governo do Grupo dos 20 (G-20), em Washington, no sábado. Também foi defendido, nesta semana, pelos 47 dirigentes de megaempresas do Fórum Europeu de Industriais, num encontro em Istambul.

A conclusão da Rodada Doha tem sido uma das bandeiras do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, convertido em defensor da liberalização global do comércio. Ele tem falado sobre o assunto dentro e fora do Brasil e voltou a discuti-lo na reunião de Washington. Estará disposto a aceitar com resignação mais um fracasso, nas próximas semanas, se houver uma chance real de entendimento?

O problema seria bem menos complicado se o Mercosul não fosse, formalmente, uma união aduaneira, mas apenas uma zona de livre comércio. Nesse caso, qualquer dos países membros poderia assinar acordos comerciais sem ficar limitado pelo compromisso da Tarifa Externa Comum (TEC). Isso não garantiria, naturalmente, a conclusão da Rodada Doha. O Brasil e dezenas de outros países poderiam chegar a um acordo, mas bastaria um voto discordante para enterrar o jogo. Esse voto poderia ser, por exemplo, da Índia ou da

Argentina. Mas cabe a pergunta: o governo argentino enfrentaria o custo político de barrar uma negociação dessas proporções, na última hora, se tivesse de fazê-lo sozinho, sem partilhar a responsabilidade?

Hoje é muito difícil, se não impossível, evitar a partilha dessa responsabilidade. O Brasil não pode assumir os compromissos da Rodada Doha sem levar em conta sua condição de membro de uma união aduaneira. Se qualquer sócio do bloco rejeitar uma cláusula do acordo, todos os demais ficarão amarrados. Terão de levar em conta as normas comuns em relação ao comércio com parceiros de fora. Seria possível, é claro, pensar num acordo com obrigações diferenciadas por algum tempo, se todos os demais envolvidos na rodada concordassem (a Organização Mundial do Comércio, a OMC, tem 153 membros). Mas, para aproveitar essa chance, o Mercosul teria de avacalhar ainda mais a já desmoralizada TEC.

Se o Mercosul fosse apenas uma zona de livre comércio, cada governo teria de assumir plenamente a negociação e o custo político de suas decisões. Os diplomatas de países vizinhos como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai tenderiam, naturalmente, a agir de forma articulada em defesa de interesses comuns. Mas teriam de trabalhar muito mais cuidadosamente para definir os objetivos partilhados e o alcance de sua cooperação, sem as obrigações decorrentes da participação numa união aduaneira.

Mas o Mercosul mal chega a cumprir, de fato, as funções de uma zona de livre comércio. O intercâmbio na região continua emperrado por barreiras absurdas. Primeiro, há a incidência múltipla da TEC. Se um produto originário de fora do bloco circular por mais de um país, será tributado mais de uma vez. Há muito tempo se discute a eliminação desse imposto múltiplo e o problema não foi resolvido.

Depois, há as barreiras internas, principalmente no comércio entre os dois maiores sócios. O governo argentino pretende, agora, aplicar salvaguardas - batizadas como Medidas de Adaptação Competitivas - a produtos de várias indústrias brasileiras, ampliando as barreiras em vigor. Pretende também elevar a TEC de vários produtos e o governo brasileiro dá sinais de concordar, menos de uma semana depois de haver assumido, no G-20, o compromisso de evitar novas medidas protecionistas por 12 meses.

Nessas condições, é difícil imaginar a possibilidade até de um acordo mais limitado, como seria a adoção de normas de livre comércio entre União Européia e Mercosul. Se o padrão de comportamento dos governos do bloco se mantiver, os quatro sócios continuarão impedidos de celebrar acordos comerciais de grande alcance. Toda integração realizada no Mercosul até agora - e muito mais - seria viável numa zona de livre comércio. É hora de pensar seriamente nisso. **Rolf Kuntz é jornalista*

Europa reforma política agrícola e corta subsídios – Mauricio Moraes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/11/2008

Os 27 ministros da Agricultura da União Européia aprovaram ontem, em Bruxelas, o maior rearranjo da PAC (Política Agrícola Comum) do bloco nos últimos cinco anos. O orçamento será redirecionado, com redução de até 14% nos subsídios para produção agrícola em determinados setores, no período de 2009 a 2013.

O acordo prevê também a abolição de subsídios para o setor leiteiro até 2015, embora até lá os laticínios recebam incentivos adicionais. A revisão da PAC vai atingir principalmente os grandes agricultores europeus (com mais de 300 mil anuais em incentivos), que vão perder, gradualmente, 14% dos subsídios para a produção. O acordo foi costurado pela comissária para agricultura Mariann Fischer Boel, cuja proposta inicial previa cortes de até 22%. O dinheiro oriundo dos cortes dos subsídios para produção vão agora financiar programas de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

Os agricultores que receberem a partir de 5.000 anuais terão de redirecionar no mínimo 5% de seus créditos para tais programas. Com isso, o bloco tenta corrigir distorções do atual sistema, como a superprodução de alguns alimentos e a contra-aplicação de medidas contensórias, como a delimitação de área de produção. O montante de 53 bilhões (40% do orçamento da UE) destinado à agricultura não muda. A generosa Política Agrícola Comum européia, que beneficia 13 milhões de produtores ou menos de 3% da população do bloco, é um dos alvos mais atacados por países como o Brasil em negociações comerciais como a Rodada Doha. "A retirada dos subsídios agrícolas na Europa ainda está longe de nos dar capacidade de competição, mas é um começo", disparou o ministro brasileiro da agricultura, Reinhold Stephanes, durante evento em São Paulo. *Colaborou **AGNALDO BRITO** Com agências internacionais

“Queremos uma política comum para todo o Mercosul” - Maurício Thuswohl – Agencia Carta Maior – 24/11/2008

Assessor especial do ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e coordenador nacional da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), Laudemir André Müller afirma, em entrevista exclusiva à Carta Maior, que o Brasil trabalha para que o Mercosul tenha em breve uma política unificada para a agricultura familiar.

RIO DE JANEIRO – Reunidos até o dia 27 de novembro no Rio de Janeiro para a décima edição da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), representantes dos governos e da sociedade civil de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e Venezuela discutem em diversos seminários e palestras realizados no Hotel Guanabara os rumos das políticas públicas para o meio rural no continente. Em que pese a diversidade de contextos políticos e sociais nos sete países, a fase progressista vivida pela América do Sul faz com que todos pensem na aplicação de políticas comuns a todo o bloco.

Assessor especial do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e coordenador nacional da Reaf, Laudemir André Müller afirma, em entrevista exclusiva à Carta Maior, que o governo brasileiro trabalha para que o Mercosul tenha em breve uma política regional unificada para a agricultura familiar. Müller fala também sobre a proposta de criação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul) e sobre a participação da juventude rural nesse processo político, além de fazer um balanço da trajetória da Reaf. Leia a seguir a íntegra da entrevista:

Carta Maior – A Reaf é uma iniciativa política identificada com os governos progressistas da América do Sul e, já em sua décima edição, pode-se dizer que ela está consolidada. Qual balanço faz o MDA sobre a trajetória da Reaf até aqui?

Laudemir André Müller – O ministério tem uma avaliação muito positiva sobre o processo e a trajetória da Reaf. Nossa avaliação política é de que nós, da esquerda latino-americana, passamos vários dos últimos anos negando algumas coisas. Negando o livre-comércio, negando a integração mercantil, negando a política neoliberal, negando a ausência do Estado. O processo de criação da Reaf, que se iniciou nos dois primeiros anos do governo Lula, foi justamente, a partir dessa percepção de negar algumas coisas, passar a afirmar outras coisas. A Reaf é um processo de diálogo político entre o governo e a sociedade civil para afirmar ou reafirmar um projeto de integração baseado na solidariedade, na complementaridade, na inserção da agricultura familiar no processo de integração, tudo isso baseado na idéia de diminuição das assimetrias e de convergência da nossa região por meio de políticas públicas. Então, é um processo de afirmação, mas também é um processo de levar para dentro do Mercosul, do ponto de vista de sua instância formal, de sua institucionalidade, o tema da agricultura familiar. Até junho de 2004, quando nasceu a Reaf, a agricultura familiar não participava, do ponto de vista institucional, da integração regional. A agricultura familiar no Mercosul compreende mais ou menos 20 milhões de homens e mulheres _ trabalhadoras, trabalhadores, camponeses, indígenas, etc. _ que representam mais de 10% do PIB regional e mais de 80% dos estabelecimentos rurais. Tínhamos um processo dito de integração, mas que não incluía 80% do rural da região. Nós percebemos isso, e dentro da visão internacionalista do MDA e do governo Lula, criamos esse espaço dentro do Mercosul.

CM – Os governos dão importância política aos processos desencadeados através da Reaf?

LAM - A Reaf é uma reunião especializada sobre agricultura familiar que participa da institucionalidade do Mercosul _ está vinculada ao Grupo Mercado Comum (GMC) _ e é um processo que tem uma densidade política muito forte. Não foi fácil criar a Reaf, não foi fácil trazer a Reaf à sua décima edição regional. Nós já realizamos um trabalho imenso no Brasil, os outros países também estão realizando um trabalho muito forte. A Reaf foi proposta pelo governo brasileiro, por intermédio do MDA e do Itamaraty. Foi elaborada no tempo do ministro Miguel Rosseto e foi difícil de aprovar. Em fevereiro de 2004, nós levamos pela primeira vez ao GMC a proposta de criar um espaço para discutir agricultura familiar. Naquela época, alguns países do Mercosul não tinham a percepção da importância da agricultura familiar. Alguns representantes de governos chegaram a dizer, nessa reunião onde nós apresentamos a proposta, que não tinham agricultura familiar em seus países.

Disseram que não conheciam esse assunto e que não tinham interesse. Outros países ficaram desconfiados com a proposta do Brasil, mas se criou todo um ambiente de negociação onde finalmente conseguimos aprovar a criação da Reaf. A partir daí, a gente vem trabalhando nesse espaço de diálogo político.

A Reaf é um dos pouquíssimos espaços institucionais do Mercosul, para não dizer o único, que tem em todas as suas instâncias a participação da sociedade civil. A Reaf é um espaço que nasceu assim. Nossa idéia central foi fortalecer as políticas para a agricultura familiar e facilitar o comércio dos produtos da agricultura familiar, tudo isso com participação da sociedade civil, seja na elaboração de conteúdo, seja no decorrer do processo. Criou-se uma agenda de trabalho que reflete o acúmulo político, as possibilidades políticas. As recentes mudanças políticas na América Latina _ a última foi no Paraguai com a eleição de Fernando Lugo _ fortalecem a Reaf, e a possibilidade de se ter esse espaço reflete seguramente um novo ambiente político no continente. Mas, todos os governos, com exceção da Venezuela, são governos de composição. Ou seja, as possibilidades são muitas, mas também há muitos limites. A idéia da Reaf é proporcionar essa construção política da agricultura familiar.

CM – A X Reaf deve aprovar a criação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul). Qual benefício poderá trazer esse fundo para os agricultores familiares do continente?

LAM – Esse é um tema muito importante para nós do governo brasileiro, e estamos orgulhosos de propor essa medida e conseguir um acordo dentro da Reaf sobre isso. O FAF Mercosul tem, essencialmente, a característica de viabilizar esse espaço de discussão e de fortalecimento das políticas públicas que é a Reaf. Viabilizar, sobretudo, a participação da sociedade civil, porque a gente sabe que as organizações da sociedade civil representativas da agricultura familiar não têm condições de participar, do ponto de vista presencial, de todos os debates e fóruns se não houver financiamento. Nesta reunião, os Estados do Mercosul _ Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai _ decidiram propor ao GMC que esse processo de diálogo político que é a Reaf seja financiado pelos Estados membros do bloco econômico. É uma decisão de governo, uma decisão de Estado, de se criar um fundo onde serão colocados recursos para viabilizar esse processo. O tamanho do fundo vai depender da mobilização que nós conseguirmos fazer, e estará aberto para trabalhar outras questões.

Estamos realizando nesta décima edição, por exemplo, o Curso de Formação de Jovens Rurais do Mercosul, que é muito interessante, mas exigiu uma mobilização de recursos específica. Além de manter a Reaf, o FAF Mercosul vai nos dar a capacidade de ampliar algumas coisas e eventualmente, a depender da decisão dos governos dos Estados membros com a sociedade civil, de avançar para outros projetos. Quem sabe, o projeto-piloto de alguma política pública, etc. Então, o FAF Mercosul é um fundo que está relativamente aberto para outras iniciativas, mas que tem como seu objetivo central viabilizar e dar uma estabilidade de longo prazo para esse processo que é a Reaf, sobretudo no que se refere à participação da sociedade civil. Eu diria que, com este fundo, os Estados membros do Mercosul vão garantir a estabilidade da participação da sociedade civil na construção das políticas para a agricultura familiar no bloco. A ampliação das atividades do

fundo vai depender de sua capacidade financeira, de quantos recursos os Estados vão alocar.

CM – Você citou o curso de jovens que está sendo realizado na X Reaf. Qual a importância da participação dos jovens rurais nesse processo político?

LAM – O nosso tema central é a agricultura familiar, por conta de sua relação com a segurança alimentar, com a estabilidade de nossa economia regional, com o diálogo com a diversidade, o diálogo com o emprego e o diálogo em relação à política econômica. Nós acreditamos no modelo da agricultura familiar, e sabemos que a reprodução desse meio de produção e dessa forma de vida do rural, da agricultura, tem uma relação muito direta com a juventude. Então, devemos não somente formar líderes da juventude, mas também criar condições, a partir da visão dos jovens, para a aplicação das políticas que são necessárias para o rural, incluindo políticas agrícolas e outras políticas relativas à educação, saúde e lazer, para que efetivamente a agricultura familiar tenha continuidade. Nós não pensamos o tema da juventude rural como um tema de futuro. Nós pensamos a juventude rural como um tema do presente que, em sua centralidade, busca criar condições, a partir da visão dos jovens, para que o modelo de agricultura familiar tenha continuidade. Isso, sim, depende dos jovens.

CM – O Brasil implementa algumas políticas públicas _ como o Pronaf, o Programa Mais Alimentos e o Programa Territórios da Cidadania _ que colocam o país na vanguarda latino-americana em relação à agricultura familiar. As políticas brasileiras exercem alguma influência sobre os demais membros do Mercosul através da Reaf?

LAM – Claro que sim. A idéia é justamente que o Brasil, com a sua experiência, contribua com os demais países. Mas, também que os demais países tragam contribuições à experiência brasileira. O Brasil tem suas experiências, tem uma condição muito importante devido as suas políticas públicas, desde a política de crédito, financiamento, seguros, comercialização, etc. Temos avançado muito, e queremos fazer com que o Mercosul tenha condições de adotar uma política pública regional com capacidade para influenciar no modelo de produção. Obviamente, a experiência brasileira, até por conta da importância e da responsabilidade que o Brasil tem na região, influencia os outros países. Assim como nós somos e queremos ser positivamente influenciados por outros países.

Na verdade, o Brasil se coloca em uma posição muito parecida com a de outros países: temos nossa experiência, cada país tem sua experiência e estamos justamente promovendo um processo para compartilhar essas nossas experiências e criar uma condição melhor para a agricultura familiar e, eventualmente, uma política convergente. Talvez até, um dia, uma política comum para a agricultura familiar no Mercosul. Essa é a orientação estratégica do nosso governo e do presidente Lula: ter uma política internacional renovada que priorize a América Latina e a América do Sul, com foco no Mercosul. O MDA está fazendo a sua parte dentro dessa visão estratégica geral determinada pelo nosso presidente e pela política externa brasileira.

OMC prepara nova reunião em dezembro – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/11/2008

Com o aumento da pressão política devido à crise, a OMC (Organização Mundial do Comércio) prepara nova reunião de ministros em dezembro. O objetivo é definir o núcleo de um acordo da Rodada Doha, após sete anos de negociações. Ainda há, no entanto, muita resistência. Um dos países que não escondem a insatisfação é a Argentina, que hoje apresentará nova proposta na área industrial. Se os argentinos mantiverem a resistência, será uma repetição da falta de sintonia com o Brasil ocorrida na última reunião ministerial, em julho.

Ontem o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, reuniu cerca de 30 embaixadores na sede da entidade, em Genebra, para discutir a possibilidade do encontro em dezembro. A idéia é fortemente apoiada pelo Brasil. A impressão geral é a de que a reunião acontecerá, embora ninguém aponte progressos desde julho, quando uma maratona de nove dias de negociações terminou em impasse. O processo, porém, ganhou nova dinâmica depois que a cúpula do G20, reunida em Washington, determinou que seja feito esforço renovado para que haja um desfecho até o fim do ano.

Segundo um alto funcionário da OMC, a pressão política é sem precedentes. O impulso para concluir em dezembro as bases de um acordo global de comércio foi reforçado ontem pelos 21 líderes do fórum da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), no Peru. No encontro dos embaixadores com Lamy, Alberto Dumont, representante da Argentina, não escondeu seu ceticismo. Para ele, um acordo em dezembro sobre modalidades em agricultura e indústria "é totalmente inalcançável". O país resiste a abrir sua indústria e exige cortes menores nas taxas de importação para protegê-la.

Em julho, quando o Brasil aceitou o pacote de Lamy, uma das possibilidades levantadas para dobrar a resistência da Argentina foi a de uma solução interna do Mercosul. O Brasil poderia até ceder aos argentinos parte de seu direito de proteger setores sensíveis. Agora, o Itamaraty já pensa em ressuscitar a idéia, para tentar salvar Doha -e a paz e a união no Mercosul.

Governo discute acordo de Doha com empresários – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/11/2008

O governo brasileiro negocia com o setor industrial a possibilidade de oferecer novas concessões na Rodada Doha da OMC aos países ricos. O Brasil estuda novas liberalizações de seu mercado às importações americanas e européias. Mas a Argentina se nega a acatar uma oferta de abertura do Mercosul. Estados Unidos e Europa insistem que, sem um acesso maior aos mercados dos países emergentes, não terão como aceitar a conclusão da Rodada Doha em dezembro.

O governo brasileiro vai estudar com as indústrias quais setores poderiam entrar em um acordo para zerar completamente suas tarifas, o que significaria um livre comércio.

Americanos e europeus querem a abertura dos setores químicos, máquinas e eletrônicos e a isenção de qualquer tarifa para esses produtos nos mercados mais promissores.

O Brasil hesita em oferecer esses setores, mas admite que pode buscar algum tipo de solução para que os interesses dos países ricos sejam atendidos. O Itamaraty sabe que terá de pagar um preço na Rodada Doha. “Vamos estudar quais setores podem ser oferecidos”, afirmou ontem o embaixador do Brasil em Genebra, Roberto Azevedo, à imprensa.

No Brasil, os setores de eletrônicos, automotivos e papéis já declararam que são contra uma ampla liberalização. O governo brasileiro ainda sofre a resistência da Argentina, que não aceita zerar tarifas em nenhum dos setores. Amanhã, em Brasília, o Mercosul se reúne para tentar chegar a uma posição conjunta na OMC. Por ser uma união aduaneira, o bloco precisa chegar a um acordo sobre que tarifa pretende aplicar.

Até quando, Brasília? – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 25/11/2008

A política externa brasileira na América do Sul parece ignorar que o principal objetivo do Itamaraty é a defesa do interesse nacional. A compreensão, a solidariedade e a paciência estratégica levam à aceitação de qualquer atitude, mesmo hostil ou inamistosa, de nossos vizinhos.

Esses atos são absorvidos com naturalidade em nome da diplomacia da generosidade que parece não entender o efeito das transformações políticas, econômicas e sociais por que passa a região e a mudança de percepção em relação ao Brasil, atacado como imperialista.

Nos últimos dias, o Brasil colheu mais um resultado da política de generosidade. O governo do Equador, alegando irregularidades na construção de uma hidrelétrica, em ação desproporcional à importância da questão, decidiu expulsar duas empresas brasileiras (a companhia construtora e outra, estatal) e cancelar outros contratos que nada tinham a ver com o problema, solucionável por negociação ou por arbitragem. Na ocasião, o presidente do Equador anunciou que não iria pagar o empréstimo tomado do BNDES, amortizado através dos bancos centrais da região.

Seguindo a política de compreensão e de generosa boa vontade com nossos vizinhos, o Itamaraty a tudo assistiu sem esboçar reação na defesa da empresa, apenas adiou missão ministerial que iria abrir novos créditos ao Equador.

Agora, o presidente Rafael Correa oficializou o calote da dívida. O Itamaraty finalmente reagiu, informando que “recebeu com preocupação” a notícia da decisão do governo equatoriano de impetrar juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional com vistas a suspender o pagamento de dívida no BNDES, relativa ao financiamento da hidrelétrica.

No comunicado oficial da chancelaria, reconhece-se ingenuamente que a decisão do governo equatoriano foi anunciada em evento público sem prévia consulta ou notificação ao governo brasileiro. E que a natureza e a forma de adoção das medidas tomadas pelo governo do Equador não se coadunam com o espírito de diálogo, de amizade e de cooperação que caracteriza as relações entre o Brasil e o Equador.

Para dar uma satisfação à opinião pública, cada vez mais crítica e impaciente com a maneira como as relações com nossos vizinhos vem sendo mantidas, o Itamaraty chamou para consultas o embaixador em Quito. O gesto, mais simbólico do que efetivo, é um avanço nas posições adotadas até aqui, mas não representa uma mudança de posição. O aparente endurecimento da posição do governo brasileiro pode ser explicado mais pela irritação do presidente Lula, cuja imagem foi arranhada pelo desafio do líder equatoriano, do que por motivações de política externa.

A Petrobras, depois de ameaçada de expulsão, aceitou as condições impostas pelo Equador para assinar um novo contrato, sem qualquer garantia de cumprimento. É possível prever que a reação do governo brasileiro vai se limitar à convocação do embaixador e que insista na retomada do diálogo, sempre conciliador. Vamos ver se “o comércio bilateral vai acabar”, como prometeu o Itamaraty, em arroubo retórico.

A retirada do embaixador chega tarde e é muito pouco. Deveria ter sido a primeira providência quando o governo boliviano ocupou manu militari as refinarias da Petrobras. Depois de tudo o que aconteceu, e mesmo após a expulsão de empresa construtora privada, o governo brasileiro está abrindo linhas de crédito de mais de US\$ 100 milhões e a Petrobras voltou a investir na Bolívia. Ninguém está pregando medidas de força ou de retaliação contra atos contrários a empresas privadas e estatais brasileiras. O que se espera do Itamaraty é a defesa dos interesses nacionais, exigindo o respeito à lei e aos acordos e tratados em vigor.

Até quando Brasília permitirá que ações ou omissões de nossos vizinhos na defesa do que eles entendem ser de seu interesse sejam tolerados por nossa diplomacia, em nome do que o partido no poder entende ser o interesse brasileiro. A política da generosidade tem acarretado a perda de nossa influência e essas seguidas concessões, percebidas como um sinal de fraqueza. O Brasil está na defensiva, sem estratégia e a reboque dos acontecimentos. ***RUBENS BARBOSA** foi embaixador em Washington e em Londres.

Ministro Guilherme Cassel atribui conquistas à REAF – Sítio Eletrônico da Contag - 26/11/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participou da abertura formal da X Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), no Rio de Janeiro. Cassel disse que o evento já colhe frutos da luta das entidades sociais organizadas. "Hoje é um dia importante porque o Grupo de Mercado Comum do Mercosul (GMC) começa a discutir o Fundo de Apoio para Agricultura Familiar que propomos e vai ser instrumento fundamental de desenvolvimento das políticas públicas do segmento".

Segundo o ministro, o espaço de discussão é uma conquista dos movimentos sociais latino-americanos que lutam pela igualdade no campo. "O padrão de desenvolvimento que todos os países do bloco querem é um modelo onde o meio rural tem importância. Portanto, a X REAF é ainda mais revigorada pelos desafios contemporâneos. A gente tem a tarefa aqui de inventar e de construir um outro Mercosul, onde se faça uma integração de verdade que não seja só de mercados", finaliza. Além do ministro Guilherme Cassel, participaram representantes de diversos países da América Latina, África do Sul e mais doze entidades sociais ligadas a agricultura familiar.

Os EUA de Obama e a agenda agrícola – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/11/2008

Diversos países do mundo estão-se perguntando que mudanças a eleição norte-americana trará nas suas relações com os Estados Unidos. No caso específico do Brasil, pela simples razão de que os EUA são nossos maiores competidores em agricultura, existe um especial interesse na futura agenda agrícola que o novo presidente e o novo Congresso poderão pôr em marcha.

A agenda agrícola norte-americana que interessa ao Brasil passa por três temas centrais:

As políticas orientadas para os produtores de grãos e oleaginosas, sobretudo as voltadas para a garantia de renda e preço, que tanto distorceram o mercado mundial nos produtos de que o Brasil é também exportador.

A política energética, sobretudo que decisões a nova administração tomará na legislação norte-americana de mistura de etanol na gasolina, e sua predisposição em contar, ou não, com importações, visando a suplementar uma eventual crescente demanda doméstica. Neste tópico, há interfaces também com as questões ambientais, sobretudo no que diz respeito ao papel dos EUA na mitigação das mudanças climáticas.

A política comercial, não somente porque um acordo na Rodada Doha ainda está pendente e continua dependente dos EUA, mas também porque existem negociações bilaterais que poderiam voltar à baila.

A agenda agrícola Brasil-EUA começou a ganhar corpo somente a partir de 2002, quando o Brasil iniciou o contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios norte-americanos. Em razão da estrutura da política daquele país, os subsídios crescem em momento de preços baixos, justamente para compensar a perda de renda do produtor. Foi a partir desse contencioso que Brasil e EUA passaram a se sentar em lados opostos nas negociações da Rodada Doha quando o assunto era subsídio - o Brasil buscando tirar espaço de manobra dos EUA e os EUA procurando garantir que a rodada não levasse a uma reforma nas suas políticas.

Não vejo, nesse tema, nenhuma mudança estrutural com a nova administração norte-americana. A razão básica é que as políticas para a agricultura dos EUA são definidas a cada cinco anos numa Lei Agrícola votada e elaborada pelo Congresso. O Executivo, embora possa influenciar os debates, tem apenas o papel de implementar as políticas. A atual Lei Agrícola dos EUA é recém-saída do forno e vai até 2012. Vale lembrar que o Congresso americano derrubou o veto do presidente George W. Bush à lei vigente. A nova administração pode, quando muito, influenciar as negociações para a próxima lei.

Isso não significa, no entanto, que Barack Obama não terá de trabalhar muito na questão da política agrícola. Ao contrário. Com a redução dos preços mundiais das commodities agrícolas, haverá, certamente, pressões do setor produtivo por mais subsídios. Isso ocorreu no mandato de Bill Clinton, quando os preços começaram a cair a partir de

1998 e o presidente cedeu às pressões do setor agrícola, aumentando os subsídios e indo além dos valores autorizados pela Lei Agrícola de 1996. O exemplo de Clinton é uma prova contundente de que a orientação do presidente não importa muito quando se fala em políticas para o setor agrícola dos EUA. Não acredito que a administração Obama venha a ser uma exceção à regra.

As estratégias de política na área de energia são também um tema de grande importância para o Brasil. Existe consenso no País de que a expansão da produção de etanol depende do mercado internacional. Embora a expansão a que assistimos nos últimos cinco anos tenha sido estimulada, sobretudo, pela expansão da demanda doméstica de etanol com o crescimento da frota de carros flexfuel, o setor sabe que o mercado doméstico tem suas limitações. Hoje, o etanol é responsável por mais de 45% do consumo de combustível dos carros a gasolina. Não há dúvida de que essa participação deverá subir ainda mais à medida que os carros flexíveis se tornarem a maioria da frota. O mercado interno, no entanto, é pequeno perto do potencial produtivo do setor, além do fato de que o crescimento do consumo de etanol se deve dar de forma balanceada com o consumo de gasolina. O mercado norte-americano é, de longe, o mais promissor em termos de consumo e, portanto, de exportações para o Brasil. Os EUA consomem mais de 550 bilhões de litros de gasolina por ano e 10% desse mercado é quase três vezes mais do que a produção brasileira de etanol.

Embora o tom das relações entre Brasil e EUA tenha sempre sido de cordialidade e cooperação na questão dos biocombustíveis, o fundamental para o nosso país seria que o novo governo norte-americano aceitasse a idéia de complementar o mercado doméstico com etanol brasileiro. George W. Bush não viabilizou essa idéia, até porque o mercado dos EUA, do tamanho que foi em seu mandato, ainda podia ser atendido com o etanol de milho americano.

Analisando os discursos de Obama, sou tomado por visões antagônicas. De um lado, o novo presidente defende fortemente a questão da segurança energética. Isso me dá a entender que etanol importado não faz parte de suas prioridades. De outro, Obama defende a idéia de que os EUA devem liderar os esforços para mitigar as mudanças climáticas, o que passa, necessariamente, por tornar a matriz energética dos EUA mais limpa e verde. O etanol brasileiro, sem dúvida, ajudaria nesse processo.

A história das relações Brasil-EUA no tema agrícola indica que somos, acima de tudo, competidores. E assim continuaremos no tema dos subsídios. O etanol, no entanto, pode ser uma exceção à regra. Não será no começo do mandato, mas tem boas chances de ser no final.

***André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br**

REAF: MDA e Incra firmam acordo de cooperação com o Paraguai – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2008

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra firmaram um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e de Terras do Paraguai (Indert) na manhã desta quarta-feira (26). A intenção é o que o ministério e o Incra realizem atividades de troca de experiências e capacitação com os técnicos do Instituto. O Incra também irá ceder GPSs para o Indert fazer o levantamento da malha fundiária do Paraguai.

A solenidade fez parte da reunião ministerial realizada durante a X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), que ocorre até esta quinta-feira (27), no Rio de Janeiro. Assinaram o acordo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o presidente substituto do Incra, Roberto Kiel, e o presidente do Indert, Roberto Alderete.

Segundo Cassel, é fundamental, nesse momento em que o mundo passa por uma crise financeira, pensar em políticas de integração, segurança alimentar e comércio solidário na nossa região. “O espaço do Mercosul é importante para avançarmos em políticas comuns para os nossos países”, defendeu.

O Paraguai tem quase 43% de sua população vivendo no campo e dependendo diretamente da agricultura familiar. Segundo Alderete, o acordo é uma oportunidade para que o Instituto possa estudar o marco jurídico da reforma agrária no Brasil e a atuação brasileira voltada para o fortalecimento da agricultura familiar.

“Para o Paraguai é tudo novo, terminamos um grande período de abandono e exclusão da reforma agrária e da agricultura familiar camponesa e agora, com o novo governo, estamos começando a fortalecer e a desenvolver tudo isso”, afirma Alderete. “A pequena agricultura dá empregos, alimentos, ocupação, moradia e água a quase metade da população paraguaia. Esse espaço da REAF nos permite fortalecer essa área”.

Sobre a REAF - Instituída em 2004, a REAF surgiu de uma proposta apresentada pelo governo brasileiro, a partir de discussões com os movimentos sociais, que enxergavam a agricultura familiar como estratégica devido sua participação na força de trabalho, na produção de alimentos, no Produto Interno Bruto (PIB) e no ordenamento dos territórios rurais do Mercosul.

O encontro é realizado a cada seis meses com o objetivo de discutir e formular recomendações acerca de políticas, ações e projetos relacionados à agricultura familiar. As deliberações são encaminhadas ao Grupo Mercado Comum (GMC) e ao Conselho Mercado Comum e, caso aprovadas, passam a ser implementadas no Mercosul.

Ministro Guilherme Cassel atribui conquistas à REAF – Sítio Eletrônico da Contag - 26/11/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participou da abertura formal da X Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), no Rio de Janeiro. Cassel disse que o evento já colhe frutos da luta das entidades sociais organizadas. "Hoje é um dia importante porque o Grupo de Mercado Comum do Mercosul (GMC) começa a discutir o Fundo de Apoio para Agricultura Familiar que propomos e vai ser instrumento fundamental de desenvolvimento das políticas públicas do segmento".

Segundo o ministro, o espaço de discussão é uma conquista dos movimentos sociais latino-americanos que lutam pela igualdade no campo. "O padrão de desenvolvimento que todos os países do bloco querem é um modelo onde o meio rural tem importância. Portanto, a X REAF é ainda mais revigorada pelos desafios contemporâneos. A gente tem a tarefa aqui de inventar e de construir um outro Mercosul, onde se faça uma integração de verdade que não seja só de mercados", finaliza.

Além do ministro Guilherme Cassel, participaram representantes de diversos países da América Latina, África do Sul e mais doze entidades sociais ligadas a agricultura familiar.

Os EUA de Obama e a agenda agrícola – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/11/2008

Diversos países do mundo estão-se perguntando que mudanças a eleição norte-americana trará nas suas relações com os Estados Unidos. No caso específico do Brasil, pela simples razão de que os EUA são nossos maiores competidores em agricultura, existe um especial interesse na futura agenda agrícola que o novo presidente e o novo Congresso poderão pôr em marcha.

A agenda agrícola norte-americana que interessa ao Brasil passa por três temas centrais:

As políticas orientadas para os produtores de grãos e oleaginosas, sobretudo as voltadas para a garantia de renda e preço, que tanto distorceram o mercado mundial nos produtos de que o Brasil é também exportador.

A política energética, sobretudo que decisões a nova administração tomará na legislação norte-americana de mistura de etanol na gasolina, e sua predisposição em contar, ou não, com importações, visando a suplementar uma eventual crescente demanda doméstica. Neste tópico, há interfaces também com as questões ambientais, sobretudo no que diz respeito ao papel dos EUA na mitigação das mudanças climáticas.

A política comercial, não somente porque um acordo na Rodada Doha ainda está pendente e continua dependente dos EUA, mas também porque existem negociações bilaterais que poderiam voltar à baila.

A agenda agrícola Brasil-EUA começou a ganhar corpo somente a partir de 2002, quando o Brasil iniciou o contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios norte-americanos. Em razão da estrutura da política daquele país, os subsídios crescem em momento de preços baixos, justamente para compensar a perda de renda do produtor. Foi a partir desse contencioso que Brasil e EUA passaram a se sentar em lados opostos nas negociações da Rodada Doha quando o assunto era subsídio - o Brasil buscando tirar espaço de manobra dos EUA e os EUA procurando garantir que a rodada não levasse a uma reforma nas suas políticas.

Não vejo, nesse tema, nenhuma mudança estrutural com a nova administração norte-americana. A razão básica é que as políticas para a agricultura dos EUA são definidas a cada cinco anos numa Lei Agrícola votada e elaborada pelo Congresso. O Executivo, embora possa influenciar os debates, tem apenas o papel de implementar as políticas. A atual Lei Agrícola dos EUA é recém-saída do forno e vai até 2012. Vale lembrar que o Congresso americano derrubou o veto do presidente George W. Bush à lei vigente. A nova administração pode, quando muito, influenciar as negociações para a próxima lei.

Isso não significa, no entanto, que Barack Obama não terá de trabalhar muito na questão da política agrícola. Ao contrário. Com a redução dos preços mundiais das commodities agrícolas, haverá, certamente, pressões do setor produtivo por mais subsídios. Isso ocorreu no mandato de Bill Clinton, quando os preços começaram a cair a partir de 1998 e o presidente cedeu às pressões do setor agrícola, aumentando os subsídios e indo além dos valores autorizados pela Lei Agrícola de 1996. O exemplo de Clinton é uma prova contundente de que a orientação do presidente não importa muito quando se fala em políticas para o setor agrícola dos EUA. Não acredito que a administração Obama venha a ser uma exceção à regra.

As estratégias de política na área de energia são também um tema de grande importância para o Brasil. Existe consenso no País de que a expansão da produção de etanol depende do mercado internacional. Embora a expansão a que assistimos nos últimos cinco anos tenha sido estimulada, sobretudo, pela expansão da demanda doméstica de etanol com o crescimento da frota de carros flexfuel, o setor sabe que o mercado doméstico tem suas limitações. Hoje, o etanol é responsável por mais de 45% do consumo de combustível dos carros a gasolina. Não há dúvida de que essa participação deverá subir ainda mais à medida que os carros flexíveis se tornarem a maioria da frota. O mercado interno, no entanto, é pequeno perto do potencial produtivo do setor, além do fato de que o crescimento do consumo de etanol se deve dar de forma balanceada com o consumo de gasolina. O mercado norte-americano é, de longe, o mais promissor em termos de consumo e, portanto, de exportações para o Brasil. Os EUA consomem mais de 550 bilhões de litros de gasolina por ano e 10% desse mercado é quase três vezes mais do que a produção brasileira de etanol.

Embora o tom das relações entre Brasil e EUA tenha sempre sido de cordialidade e cooperação na questão dos biocombustíveis, o fundamental para o nosso país seria que o novo governo norte-americano aceitasse a idéia de complementar o mercado doméstico com etanol brasileiro. George W. Bush não viabilizou essa idéia, até porque o mercado dos EUA, do tamanho que foi em seu mandato, ainda podia ser atendido com o etanol de milho americano.

Analisando os discursos de Obama, sou tomado por visões antagônicas. De um lado, o novo presidente defende fortemente a questão da segurança energética. Isso me dá a entender que etanol importado não faz parte de suas prioridades. De outro, Obama defende a idéia de que os EUA devem liderar os esforços para mitigar as mudanças climáticas, o que passa, necessariamente, por tornar a matriz energética dos EUA mais limpa e verde. O etanol brasileiro, sem dúvida, ajudaria nesse processo.

A história das relações Brasil-EUA no tema agrícola indica que somos, acima de tudo, competidores. E assim continuaremos no tema dos subsídios. O etanol, no entanto, pode ser uma exceção à regra. Não será no começo do mandato, mas tem boas chances de ser no final. ***André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br**

REAF: MDA e Incra firmam acordo de cooperação com o Paraguai – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2008

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra firmaram um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e de Terras do Paraguai (Indert) na manhã desta quarta-feira (26). A intenção é o que o ministério e o Incra realizem atividades de troca de experiências e capacitação com os técnicos do Instituto. O Incra também irá ceder GPSs para o Indert fazer o levantamento da malha fundiária do Paraguai.

A solenidade fez parte da reunião ministerial realizada durante a X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), que ocorre até esta quinta-feira (27), no Rio de Janeiro. Assinaram o acordo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o presidente substituto do Incra, Roberto Kiel, e o presidente do Indert, Roberto Alderete.

Segundo Cassel, é fundamental, nesse momento em que o mundo passa por uma crise financeira, pensar em políticas de integração, segurança alimentar e comércio solidário na nossa região. “O espaço do Mercosul é importante para avançarmos em políticas comuns para os nossos países”, defendeu.

O Paraguai tem quase 43% de sua população vivendo no campo e dependendo diretamente da agricultura familiar. Segundo Alderete, o acordo é uma oportunidade para

que o Instituto possa estudar o marco jurídico da reforma agrária no Brasil e a atuação brasileira voltada para o fortalecimento da agricultura familiar.

“Para o Paraguai é tudo novo, terminamos um grande período de abandono e exclusão da reforma agrária e da agricultura familiar camponesa e agora, com o novo governo, estamos começando a fortalecer e a desenvolver tudo isso”, afirma Alderete. “A pequena agricultura dá empregos, alimentos, ocupação, moradia e água a quase metade da população paraguaia. Esse espaço da REAF nos permite fortalecer essa área”.

Sobre a REAF - Instituída em 2004, a REAF surgiu de uma proposta apresentada pelo governo brasileiro, a partir de discussões com os movimentos sociais, que enxergavam a agricultura familiar como estratégica devido sua participação na força de trabalho, na produção de alimentos, no Produto Interno Bruto (PIB) e no ordenamento dos territórios rurais do Mercosul.

O encontro é realizado a cada seis meses com o objetivo de discutir e formular recomendações acerca de políticas, ações e projetos relacionados à agricultura familiar. As deliberações são encaminhadas ao Grupo Mercado Comum (GMC) e ao Conselho Mercado Comum e, caso aprovadas, passam a ser implementadas no Mercosul.

Ata final da X REAF apresentará propostas para melhorar a agricultura familiar no Mercosul – Sítio Eletrônico da Contag - 27/11/2008

Os participantes da X Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) iniciaram, na manhã desta quinta-feira (27), mesa para definir as deliberações do encontro. O objetivo é reunir propostas para a construção da ata final, que será assinada ainda hoje pelas delegações presentes. O documento será encaminhado ao Grupo de Mercado Comum e ao Conselho de Mercado Comum. Se aprovadas, as propostas serão implementadas no Mercosul.

Na Alba, Chávez sugere 'zona monetária comum' – Estado de São Paulo – Internacional – 27/11/2008

Enquanto as grandes potências procuram maneiras de salvar seus mercados da crise financeira, os países integrantes da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) reuniram-se ontem na Venezuela para discutir meios de salvaguardar as economias da região.

Segundo o presidente venezuelano, Hugo Chávez, os representantes dos países do bloco - Bolívia, Cuba, Dominica, Honduras, Nicarágua e Venezuela - discutiriam a criação de uma “zona monetária comum” durante a reunião em Caracas. “Não vamos esperar de braços cruzados que os fulanos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial

solucionem nossos problemas”, disse Chávez. “Não devemos contar com ninguém além de nós mesmos. Claro, estaremos ouvindo as opiniões do G-20, do G-21 ou de qualquer outro G, mas também temos o que dizer.”

A pedido de Chávez, o presidente equatoriano, Rafael Correa, participou do encontro como observador. “Correa foi convidado de maneira especial para trabalhar nesse tema”, afirmou o líder venezuelano. “Ele nos deu luzes sobre uma zona monetária comum rumo a mecanismos de troca comercial e, mais adiante, uma moeda comum.”

A Alba foi criada em 2004 como contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Chávez, em apoio ao Equador, disse ontem que Bolívia e Venezuela também farão auditorias de suas dívidas externas. O ministro das Finanças da Venezuela, Ali Rodríguez, disse não haver indício de ilegitimidade nas dívidas de seu país, mas criará uma comissão para analisá-las.

REAF aprova Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDA – 27/11/2008

A Plenária da X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) aprovou, nesta quinta-feira (27), a criação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul). Aberto à participação dos países-membros do bloco, o Fundo será destinado ao financiamento de políticas integradas de desenvolvimento da agricultura familiar na região. Também terá importância no apoio ao funcionamento da própria REAF, permitindo a participação ativa da sociedade civil.

Cada país deverá contribuir anualmente com esse Fundo com porcentagens proporcionais à média histórica do PIB do Mercosul. A contribuição brasileira será de 70%; a argentina, de 27%; a uruguaia, de 2%; e a paraguaia, de 1%.

A REAF é um órgão consultivo do Grupo Mercado Comum (GMC). Suas deliberações são encaminhadas ao GMC e ao Conselho do Mercado Comum e, uma vez aprovadas, passam vigorar no Mercosul. Iniciada no último sábado (22) no Rio de Janeiro, a décima edição do encontro encerrou-se com a realização da Plenária.

Nos seis dias de evento, foram realizados seminários e grupos de trabalho sobre juventude rural, igualdade de gênero, acesso à terra e reforma agrária, seguro agrícola e facilitação do comércio. As delegações dos países membro do Mercosul informaram os avanços na criação de registros nacionais da agricultura familiar – a exemplo do que ocorre no Brasil com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – e debateram as políticas públicas para o setor atualmente em curso.

Sobre a REAF - Instituída em 2004, a REAF surgiu de uma proposta apresentada pelo governo brasileiro, a partir de discussões com os movimentos sociais, que enxergavam a agricultura familiar como estratégica devido sua participação na força de trabalho, na

produção de alimentos, no Produto Interno Bruto (PIB) e no ordenamento dos territórios rurais do Mercosul.

O encontro é realizado a cada seis meses com o objetivo de discutir e formular recomendações acerca de políticas, ações e projetos relacionados à agricultura familiar. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, é o presidente Pro Tempore desta edição da REAF.

Argentina expõe divisão no Mercosul – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/11/2008

O Mercosul está rachado e deixa isso claro à comunidade internacional. Ontem, a Argentina abriu fogo contra o Brasil e disse que a posição do Itamaraty nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ameaçar o Mercosul e causar dano ao bloco. Sozinho, o país apresentou um documento ontem aos 150 países da OMC, no qual diz que não vai aceitar liberalização comercial nem seguirá a recomendação dos líderes mundiais de abrir os mercados por causa da crise.

A posição contrasta com a do Brasil, disposto a fazer cortes mais profundos nas tarifas para produtos industrializados dos países ricos. Na avaliação do Itamaraty, as concessões terão de ser feitas para haver um acordo final. “O Mercosul precisa chegar a uma posição comum”, diz o embaixador Nestor Stancanelli, negociador-chefe da Argentina na OMC.

Pelas regras, o Mercosul precisa apresentar uma proposta comum de cortes de tarifas na OMC. Mas o bloco está distante de um entendimento. “Não estamos propondo isso em nome de todos. Mas é o que a Argentina acredita ser o melhor para o Brasil”, afirmou Stancanelli.

Diplomatas confirmam que o alerta da Argentina é de que a posição do Itamaraty nas negociações pode pôr em risco a tarifa comum do bloco. “A união aduaneira é prioridade para a Argentina”, disse Stancanelli.

Buenos Aires, porém, enviou a nova proposta aos demais países sem um acordo dos membros do Mercosul. No documento, o governo da Argentina pede para “manter certos níveis tarifários e preservar espaço para implementar políticas com a meta de expandir a base produtiva, aumentar empregos e garantir estabilidade social”. Segundo o governo argentino, seu déficit na balança comercial não pode continuar crescendo, pois poderia ter “impacto na estabilidade social” do país.

Por isso, os argentinos querem que um acordo final na OMC corte em apenas 42% suas tarifas consolidadas de importação. Também querem proteções para 16% do comércio e 8% ficariam completamente isentas de qualquer liberalização.

Equador expõe divisão sul-americana – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 29/11/2008

POR MAIS que o governo brasileiro não queira "esquentar mais a panela" da crise com o Equador, como diz Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência, o fato é que a "albanização" do litígio na quarta não só o esquentou mais como acabou por formalizar uma nítida divisão entre os governantes sul-americanos.

Recapitulando: no dia 21, o governo brasileiro chamou para consultas seu embaixador em Quito, Antonino Marques-Porto, em protesto pelo fato de o presidente Rafael Correa ter decidido recorrer a um tribunal internacional para não pagar crédito de US\$ 243 milhões concedido pelo BNDES para hidrelétrica igualmente embargada pelo Equador. A iniciativa foi considerada inamistosa pelo governo brasileiro.

No dia 26, Correa esquentou um pouco a panela ao oferecer-se para participar de uma reunião de cúpula da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas, um conglomerado formado por Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Honduras, Cuba e Dominica).

Deles obtive solidariedade contra o Brasil, ainda que o país não tenha sido expressamente mencionado. Mas o presidente do Equador jogou o Brasil no saco dos "mesmos de sempre", que estariam pressionando o país que luta pelo não-reconhecimento "da clamorosa ilegalidade da dívida".

"Mesmos de sempre" é um bordão usualmente adotado pela esquerda para referir-se aos Estados Unidos ou ao "imperialismo", vilão permanente em todas as crises da região. Marco Aurélio Garcia, por mais que ressalve que não comenta declarações que não leu, não se contém e rebate: "Se ele acha que o Brasil está entre os mesmos de sempre, está completamente equivocado".

A divergência apenas leva para a vida real uma divisão que a mídia internacional vem fazendo há tempos entre uma esquerda supostamente moderada, liderada por Lula, e uma esquerda supostamente populista, comandada por Hugo Chávez, o presidente da Venezuela.

Agora, a divergência ideológica ficou ainda mais nítida. Basta lembrar que, na cúpula da Alba, Chávez foi enfático, como de hábito: "Já basta de livre mercado" (a cúpula fora convocada para discutir respostas "bolivarianas" à crise global).

Já Lula assinou, na cúpula do G20 em Washington um texto que diz exatamente o oposto: "Nosso trabalho será guiado pela crença compartilhada de que os princípios de mercado, de comércio e regimes de investimento abertos (...) estimulam o dinamismo, a inovação e o empreendedorismo que são essenciais para o crescimento econômico, o emprego e a redução da pobreza".

Não há, portanto, a mais leve sombra de algum ponto em comum entre "basta de livre mercado" e a crença nos "princípios de mercado".

É claro que retórica é uma coisa e a vida real pode ser outra. Por muito que critique os Estados Unidos, Chávez aumentou de 68%, em 2001, para 72%, em agosto de 2008, a porcentagem do petróleo venezuelano que exporta para os EUA.

O conflito com o Equador trouxe para a vida real o confronto retórico. Se Quito não honrar, como ameaça, os pagamentos dos US\$ 243 milhões concedidos pelo BNDES, põe em risco os CCRs (Convênios de Crédito Recíproco) -espécie de câmara de compensação entre os bancos centrais dos países da Associação Latino-Americana de Integração. Quando uma transação comercial é inscrita no CCR, o banco central do país importador responsabiliza-se ante o banco central do país exportador pelo pagamento da operação.

"Se a situação com o Equador afetasse o mecanismo dos CCRs, não teríamos mais um instrumento para facilitar a exportação de serviços", diz Marco Aurélio. Exportação de serviços é parte essencial do processo de integração sul-americana, prioridade um da diplomacia brasileira.

A divergência tem também um lado cênico: o governo brasileiro acha errado o método Correa de levar os problemas "para o microfone", em vez de para a "mesa de negociações".

No mês que vem, todos os lados que acabaram se envolvendo direta ou indiretamente no episódio estarão reunidos na Cúpula da América Latina e do Caribe, na Costa do Sauípe. À disposição, tanto mesa de negociações como microfones. A ver se predomina a divisão cada vez mais nítida ou se há uma acomodação que a disfarce.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

